



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

Lucas Matos Morgado

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
DO PIONEIRISMO À CRISE ATUAL

Rio de Janeiro

2022

Lucas Matos Morgado

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
DO PIONEIRISMO À CRISE ATUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Lèbre La Rovere

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

M847i Morgado, Lucas Matos
Indústria de Transformação do Estado do Rio de Janeiro: do pioneirismo à crise atual / Lucas Matos Morgado. -- Rio de Janeiro, 2022.
59 f.

Orientadora: Renata Lèbre La Rovere.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

1. Desindustrialização . 2. Indústria de Transformação . 3. Economia Fluminense . 4. Economia Regional . 5. Rio de Janeiro. I. La Rovere, Renata Lèbre, orient. II. Título.

LUCAS MATOS MORGADO

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: DO PIONEIRISMO À
CRISE ATUAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2022.

RENATA LÈBRE LA ROVERE - Presidente
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

JULIA FERREIRA TORRACCA-CHRISPINO
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

BIANCA LOUZADA XAVIER VASCONCELLOS
Doutora em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pela UFRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, “causa primária de todas as coisas”; a Jesus, nosso Mestre; a Maria, nossa Mãe; e ao meu Anjo da Guarda pelas bênçãos e amparo em minha vida, não sendo diferente durante este período na UFRJ.

Agradeço à minha família. Em primeiro lugar à minha mãe, Celeste, sustentáculo maior, incentivadora, amiga e fonte inesgotável de amor, inspiração e força, que me trouxeram até aqui e que me hão de guiar pela vida. Nem as palavras, a música ou os gestos são capazes de externar o que sinto.

Agradeço à minha tia Beth, que me acolheu nos primeiros meses da minha volta para o Rio. E, claro, junto dela estavam meu primo Pedro e meu tio Célio, que completavam aquele lar.

Agradeço ao meu tio Júlio, que desde criança conversava comigo sobre Economia, e, assim, tornou-se um incentivador da minha opção de curso.

Agradeço ao meu pai Eraldo, pelo incentivo, entusiasmo e ensinamentos sobre a vida e nossos objetivos.

Dizem que não citar ninguém é melhor do que esquecer alguém, mas preciso nomear, pelo menos, os familiares que mais de perto me acompanharam neste caminho e que foram igualmente importantes: meu avô Manuel, meu herói! Minha madrinha e tia, Cristina, meu padrinho e tio, Eduardo, meu tio Alcino e minhas tias Janaína e Roberta. Meus irmãos: Salvador, Silvana e Thays. E meus primos: Isabelle, João Vitor, Nicolas, Bernardo, Juliana e Benjamim. Amo-vos!

Agradeço ao Grupo de Conjuntura Econômica do Instituto de Economia por tanto me ensinar, por abrir portas e me proporcionar um contato contínuo com uma das minhas áreas preferidas em Economia.

Agradeço aos amigos da CNseg, especialmente ao meu primeiro chefe, mas também professor e amigo, Pedro Simões, que me ensinou muito (e, quando digo muito, é muito mesmo!) e com quem tive a honra e felicidade de trabalhar durante 2 anos.

Agradeço aos amigos que estiveram ao meu lado e fizeram dessa graduação uma fase muito boa da minha vida. Nomeadamente (em ordem alfabética): Amanda Nordskog, André Felipe, Bárbara Tavares, Bruno Agostini, Débora Dantas, Dorival Fagundes, Fernanda Felipe, Gabriel Vasques, Gabriella Lima, Henrique Almeida, Juliana Damasceno, Karen Pereira, Lucas Gaudeoso, Marcio Campos, Maria Eduarda Gomes, Matheus Souza, Suzane Cuba e Victoria Ximenes.

Agradeço à minha orientadora, Renata La Rovere, pela paciência e empenho durante este trabalho.

Agradeço, por fim, ao egrégio Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao qual terei a honra de me referir, a partir de agora, como minha *alma mater*.

“Minha alma canta, vejo o Rio de Janeiro

...
Rio, teu mar, praias sem fim
Rio, você foi feito pra mim”

Tom Jobim

RESUMO

Tendo em vista a importância histórica da indústria na economia, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a trajetória da indústria de transformação a fim de verificar se ocorre no estado do Rio de Janeiro um processo de desindustrialização que se relaciona com a crise experimentada nos últimos anos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para estudo da trajetória histórica da indústria no estado do Rio de Janeiro, bem como a extração e a análise de índices e séries históricas de desempenho das indústrias em nível regional e nacional. Através do estudo dos dados e da compreensão do impacto que a transferência da capital federal teve para o Rio de Janeiro, chegou-se à conclusão de que está em curso há décadas uma perda de importância relativa e uma regressão real da indústria de transformação do estado, que é ofuscada pelo forte desempenho da indústria extrativa ligada ao petróleo e gás. A ascensão da indústria extrativa e a decadência da indústria de transformação legaram ao Rio de Janeiro a propensão à especialização produtiva, marcada pelo esvaziamento das cadeias produtivas da indústria de transformação.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; desindustrialização; indústria de transformação.

ABSTRACT

In view of the historical importance of the industry in the economy, the present work aims to analyze the trajectory of the manufacturing industry in the state of Rio de Janeiro in order to verify whether a process of deindustrialization, related to the crisis of the last years, is taking place. The methodology used was a bibliographic survey to study the historical trajectory of the industry in Rio de Janeiro, as well as the extraction and analysis of indices and historical series of performance of industries at the regional and national levels. Through the study of the data and the understanding of the impact on Rio de Janeiro of the transfer of the federal capital, it was concluded that a loss of relative importance and a real regression of the state's manufacturing industry has been underway for decades, which is overshadowed by the impressive performance of the extractive industry in the state linked to the oil and gas industry. This condition, the ascendancy of the extractive industry and the decline of the manufacturing industry, bequeathed to Rio de Janeiro the tendency towards productive specialization marked by the fragmentation of its manufacturing productive chains.

Keywords: Rio de Janeiro; de-industrialization; manufacturing industry.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População das Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.....	17
Gráfico 2 - Evolução da Produção Física da Indústria Fluminense – 1995/2010 (1995=100)	28
Gráfico 3 - Participação do VAB das Indústrias no VAB Total	34
Gráfico 4 - Participação do Estado Rio de Janeiro no PIB Nacional (%)	36
Gráfico 5 - Participação do ERJ no PIB do Brasil	37
Gráfico 6 – Volume do Valor Adicionado Bruto do ERJ e do Brasil	38
Gráfico 7 - Índice de Volume do VAB da Indústria de Transformação.....	39
Gráfico 8 – Índice de Volume do VAB total.....	40
Gráfico 9 - Participação das UF no VAB da Indústria de Transformação do Brasil	41
Gráfico 10 – Participação do VTI das UF	42
Gráfico 11 – Índice de Volume do VAB da Indústria Fluminense	44
Gráfico 12 – Índice de Volume do VAB da Indústria Fluminense na década de 1990.....	45
Gráfico 13 – Participação das Indústrias no VAB do ERJ	46
Gráfico 14 – PIM-PF – Estado do Rio de Janeiro	47
Gráfico 15 – Taxa Média Anual de Desemprego	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Industrial Fluminense – 1949-1980 (%)	27
Tabela 2 - Participação das UF selecionadas no VAB total das atividades do Brasil	41
Tabela 3 - Participação do VTI das Indústrias de Transformação das UF selecionadas no VTI das Indústrias de Transformação do Brasil	42
Tabela 4 - Número de Empregos Formais, Ranking entre as UF selecionadas e saldo referentes ao mercado e trabalho da Indústria de Transformação entre 1985 e 2019	43
Tabela 5 - Taxa de crescimento médio anual de alguns setores industriais para unidades da federação selecionadas e na média nacional, 1995/2010	48
Tabela 6 – Estrutura do VTI da Indústria de Transformação do estado do Rio de Janeiro, por classes de gênero (%)	49
Tabela 7 - Estrutura do VTI da Indústria de Transformação do estado do Rio de Janeiro, segundo as divisões da CNAE 2.0 (%)	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do estado do Rio de Janeiro com suas mesorregiões e seus respectivos municípios

32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
ERJ – Estado do Rio de Janeiro
FNM – Fábrica Nacional de Motores
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK – Juscelino Kubitschek
MG – Estado de Minas Gerais
PIA-Empresa – Pesquisa Industrial Anual - Empresa
PIB – Produto Interno Bruto
PIM-PF – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PR – Estado do Paraná
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RS – Estado do Rio Grande do Sul
SC – Estado de Santa Catarina
SEFAZ-RJ – Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SP – Estado de São Paulo
UF – Unidade Federativa
VAB – Valor Adicionado Bruto
VDI – Valor de Densidade Industrial
VTI – Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO, AS CONSEQUÊNCIAS DA CAPITALIDADE E A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	13
1.1 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO PARA ALÉM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	13
1.2 A AUSÊNCIA DE UMA REFLEXÃO REGIONAL COMO CONSEQUÊNCIA DA CAPITALIDADE	16
1.3 OS ANTECEDENTES E A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA NO RIO DE JANEIRO.....	21
1.4 O Esvaziamento da Indústria do Estado do Rio de Janeiro na Década de 1990	27
1.5 BREVE DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO RIO DE JANEIRO	31
2. ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA FLUMINENSE.....	35
2.1 O RIO DE JANEIRO COMPARADO AO BRASIL.....	35
2.2 O RIO DE JANEIRO COMPARADO A OUTROS ESTADOS.....	38
2.3 INDÚSTRIA EXTRATIVA: PREPONDERÂNCIA E DEPENDÊNCIA.....	43
2.4 ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO FLUMINENSE E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA	47
2.5 OUTRAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO QUADRO ESTRUTURAL..	51
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

É comum ouvir no Rio de Janeiro relatos sobre antigas fábricas e grandes instalações industriais que já existiram na cidade, e geralmente quem fala traz consigo a ideia de uma decadência da indústria fluminense ou da perda do dinamismo econômico de outrora. Por isso, o presente trabalho surgiu da proposta de verificar se essa perda de indústrias de que muito se ouve falar pode ser confirmada através de estudos econômicos. Indo além dessa primeira intenção, a informação amplamente difundida da atual crise fluminense ensejou o questionamento acerca da possível inter-relação entre os dois fenômenos, quais sejam, a desindustrialização e a presente crise econômica no estado.

A análise se concentra na estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro, com foco na indústria de transformação, devido ao grande papel que esse setor teve no desenvolvimento de várias economias na história do mundo, promovendo mudanças estruturais como o aumento da renda *per capita*, a urbanização, a sofisticação dos serviços e a diminuição da participação relativa do setor agrícola no PIB e no emprego. Por essa razão, a desindustrialização do estado do Rio de Janeiro, compreendida como a perda de importância relativa (ou mesmo real) da indústria de transformação na economia, é um motivo de preocupação, pois afeta diretamente os pilares sobre os quais a economia do estado se assentou por mais de um século. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para estudo da trajetória histórica da indústria no Rio de Janeiro e a extração, o tratamento e a análise de índices e séries históricas de desempenho das indústrias, da atividade econômica e outros dados econômicos em nível regional e nacional.

O presente trabalho apresenta, no capítulo 1, os conceitos de desindustrialização e de capitalidade. Este último, atrelado à antiga condição de capital do país que tinha a cidade do Rio de Janeiro, explica a ausência de uma reflexão regional sistemática sobre o estado do Rio de Janeiro; em seguida, o capítulo 1 faz um resumo histórico sobre a industrialização do estado, cuja trajetória se confunde com a história da industrialização nacional, dado o pioneirismo do Rio de Janeiro nesse setor. No capítulo 2, é feita uma análise de dados em forma de gráficos e tabelas a fim de se identificar se a desindustrialização do estado do Rio de Janeiro está ocorrendo nas últimas décadas. Para isso, são utilizadas comparações entre a economia fluminense e a economia do Brasil e de outros estados e também é feita a análise da estrutura produtiva do próprio estado do Rio de Janeiro para se verificar a ocorrência de uma especialização produtiva da indústria de transformação. Por fim, é feita uma discussão geral dos resultados obtidos.

1. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO, AS CONSEQUÊNCIAS DA CAPITALIDADE E A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O presente capítulo está estruturado de forma a primeiro trazer alguns conceitos sobre desindustrialização. Posteriormente, na seção 1.2, é abordado o conceito de capitalidade ligado à posição histórica da cidade do Rio de Janeiro como centro do país até a transferência da capital para Brasília, em 1960, que deixou o Rio em um vazio institucional. Em seguida, na seção 1.3, a história da centralidade do estado do Rio de Janeiro é resumidamente resgatada do ponto de vista econômico, desde os antecedentes que fizeram da cidade do Rio de Janeiro o polo econômico da colônia até culminar na industrialização nacional, que começou pela cidade do Rio. Desse modo, ficam resumidos dois pressupostos da crise atual na indústria analisada neste trabalho: a falta de pensamento local resultante da capitalidade e a perda do patamar alcançado pelo estado do Rio de Janeiro devido ao seu pioneirismo industrial. Além disso, na seção 1.4, são trazidos dados da crise da década de 1990 e, por fim, na seção 1.5, a estrutura produtiva do estado Rio de Janeiro é resumida para que, no capítulo 2, possa-se analisar a indústria fluminense através de dados econômicos.

1.1 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO PARA ALÉM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Antes do estudo das causas que levaram o estado do Rio de Janeiro ao pioneirismo industrial, é importante trazer alguns elementos da literatura sobre o processo de desindustrialização das economias para contextualizar o tema e para se ter a compreensão de que esse debate não se restringe ao nível regional do Rio de Janeiro e muito menos nacional. Não se pretende, porém, aprofundar a análise, apenas trazer elementos gerais sobre o tema, visto que o objetivo do trabalho é, entendendo a construção histórica da estrutura produtiva fluminense, identificar se hoje ocorre uma regressão ou perda de relevância da sua indústria de transformação.

A desindustrialização é um tema atual que é cada vez mais debatido nos meios acadêmicos, e, no Brasil, sua discussão ganhou mais força após a década de 1990 ainda na tentativa de definir se esse era um fenômeno que atingia ou não o Brasil. Com o passar da década de 2000, cada vez mais estudos, de diferentes escolas de pensamento concordaram com o diagnóstico de que havia uma desindustrialização na economia brasileira. Nesse contexto, a desindustrialização pode ser compreendida como a diminuição do peso relativo da indústria de transformação no total das atividades econômicas do território analisado, sendo essa queda

acompanhada pelo crescimento do peso relativo do setor de serviços. Esse fenômeno ocorre em vários países do mundo, porém, a depender do grau de desenvolvimento, seus efeitos na economia são diferentes. Em países desenvolvidos, os empregos do setor de serviços, por exemplo, ainda têm sua dinâmica atrelada ao setor industrial nacional, isto é, mesmo que o peso relativo da indústria seja menor, a atividade econômica nacional ainda é dependente do dinamismo industrial (SAMPAIO, 2017).

Nesse contexto, é preciso diferenciar dois tipos de desindustrialização: a positiva e a negativa. A positiva é ligada à desindustrialização observada nos países desenvolvidos, em que a indústria de transformação, após servir de locomotiva da economia, alcança, em média, 30% de participação no Valor Adicionado Bruto total da economia, e, nesse ponto, estimula o setor de serviços, desenvolvendo-o, diversificando-o e expandindo-o a ponto de fazê-lo ultrapassar a própria indústria de transformação, isto é, o amadurecimento da indústria de transformação nos países desenvolvidos levou o setor de serviços a ter o maior peso relativo na estrutura produtiva nacional. Isso não significa, porém, que a indústria de transformação regrediu, pelo contrário, ela continua se expandindo e se desenvolvendo no campo da ciência e tecnologia, aumentando sua produtividade e competitividade internacional. Já a desindustrialização negativa (ou precoce) é aquela que ocorre em países subdesenvolvidos, isto é, que não alcançaram um nível avançado de industrialização, nesses países, ainda que as indústrias possam continuar crescendo, esse crescimento se dá a taxas pequenas, com queda de participação na produção mundial, estagnação ou queda de produtividade, perda de competitividade externa e interna e queda na participação de produtos industrializados nas exportações, com reprimarização da pauta exportadora e aumento da importação de produtos industrializados (CANO, 2014).

A desindustrialização se insere em um contexto de reorganização da estrutura produtiva global, isto é, houve o deslocamento geográfico das indústrias de países desenvolvidos em direção a países que oferecem custos de produção inferiores aos custos dos países sede. Esse movimento faz parte da reorganização das estratégias gerenciais de grandes empresas transnacionais, após os anos 1980, que passaram a se utilizar da desverticalização e da produção em rede, criando cadeias globais de valor. A produção, segmentada em etapas, pulverizou a produção física em países em desenvolvimento, mas é importante salientar que a maior parte do valor adicionado da produção retorna para o país sede em forma de lucros ou *royalties*, ou seja, o deslocamento da produção foi apenas geográfico, pois as sedes das indústrias, o controle da marca e a propriedade da tecnologia continuam localizados em países desenvolvidos. Essa reorganização gera duas consequências principais. Nos países desenvolvidos, a perda de postos de trabalho industriais acabou sendo atenuada pelo setor de

serviços (lembrando que o crescimento dos serviços é uma das características da desindustrialização) e a perda da geração local dos lucros foi compensada com as remessas vindas dos países onde as plantas estão instaladas. Nos países em desenvolvimento, criou-se a possibilidade preocupante de criação de capacidade manufatureira sem industrialização, ou seja, formam-se enclaves que não se integram e não geram encadeamentos, não há a internalização de uma cadeia produtiva na economia nacional. Isso significa que, apesar de se distribuírem as etapas da produção, não há a diminuição das barreiras à entrada. O controle da produção global permanece nos países desenvolvidos (HIRATUKA e SARTI, 2017; CANO, 2014).

O Brasil e outros países na América Latina se enquadram na desindustrialização negativa (ou precoce) e a sua inserção nessa nova estrutura produtiva global se deu após a crise da década de 1980, que interrompeu a trajetória de industrialização nacional (guiada pelo desenvolvimentismo) e iniciou a abertura econômica, e após as reformas da década de 1990, que visavam ao controle inflacionário com valorização cambial que colocou os produtos importados em competição com os produtos nacionais, resultando no enfraquecimento das indústrias locais. Na virada dos anos 2000, o baixo dinamismo de economias como a do Brasil começou a ser revertido com a exportação de bens primários e com o aumento do preço das *commodities*. Nesse mesmo período, após o enfraquecimento das indústrias de transformação locais e a valorização cambial, crescia a importação de produtos industrializados. O resultado desse período dos anos 1980 até o início do século XXI foi: reprimarização da pauta exportadora, maior dependência externa e desindustrialização negativa (CANO, 2014).

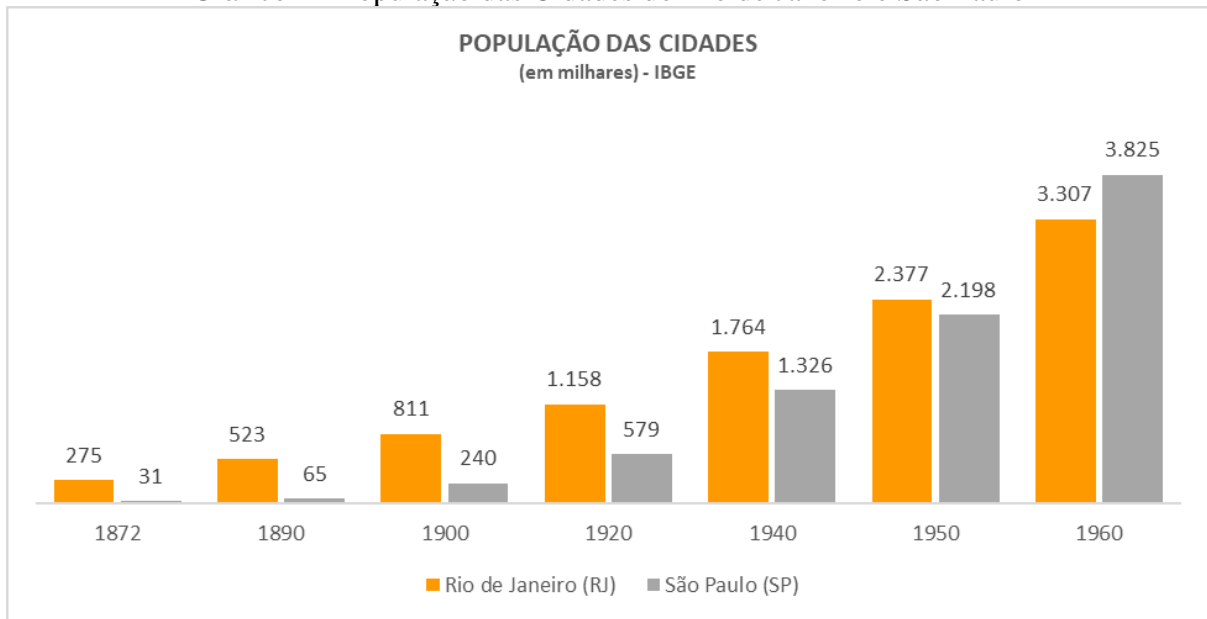
Acima foi definida a desindustrialização como a diminuição do peso relativo da indústria de transformação no total das atividades econômicas do território analisado, esse método de análise também é conhecido como grau de industrialização. De fato, essa é a principal métrica utilizada, porém ainda podem ser citadas outras formas de análise como: comparação entre as taxas de crescimento do PIB da indústria de transformação e do PIB total; análise da produtividade industrial; análise da estrutura produtiva; e análise dos números do comércio exterior do território analisado (SAMPAIO, 2017). Além desses métodos de análise, foi proposto por Britto e Silva (2011) um indicador de densidade industrial em um estudo sobre os estados da Região Sudeste do Brasil chamado Valor de Densidade Industrial (VDI), que, em seu cálculo, considera o nível de investimentos, a produção física, o nível de exportações e a diversidade produtiva da indústria. Os autores defendem que, quanto maior a densidade industrial, maior tende a ser a sua capacidade de inovação, que seria uma *proxy* de produtividade e competitividade, indicadores importantes na análise indústria.

É claro que o estado do Rio de Janeiro, por ser uma unidade federativa do Brasil, é atingido pelo contexto internacional de reorganização produtiva apontado acima. Por isso mesmo, no decorrer deste trabalho será possível perceber que algumas das consequências citadas que atingem os países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, também podem ser verificadas na economia fluminense. O objetivo do presente trabalho, porém, não é identificar as causas externas da desindustrialização e tampouco discuti-la conceitualmente. Almeja-se identificar através de dados regionais e nacionais se o estado do Rio de Janeiro sofre um processo de desindustrialização que se destaque em relação ao Brasil, em relação a outras unidades federativas em relação ao seu próprio passado, enquanto pioneiro da industrialização nacional. Para isso, iniciamos a análise pelo papel da capitalidade da cidade do Rio de Janeiro, atual capital do estado do Rio de Janeiro, no processo de construção da sua liderança industrial, até o início do século XX, e na falta de uma reflexão do Rio enquanto estado.

1.2 A AUSÊNCIA DE UMA REFLEXÃO REGIONAL COMO CONSEQUÊNCIA DA CAPITALIDADE

A cidade do Rio de Janeiro, desde os tempos do Brasil Colônia, exerceu papel central na economia, na política e na cultura do país. Após a chegada da Família Real, em 1808, o Rio de Janeiro, de capital da colônia, passou a ser sede das decisões de todo o Império Português. Após a independência, tornou-se capital do Império do Brasil e, após o golpe republicano, tornou-se a capital da República até 1960. Durante a maior parte desse período, a cidade do Rio de Janeiro detinha a maior população, era o principal polo da atividade econômica, além de ser palco de toda a política nacional. Porém, com o passar do século XX, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, o dinamismo do território que hoje se designa como estado do Rio de Janeiro foi sendo pouco a pouco ultrapassado pelo do estado de São Paulo, que tinha cada vez mais destaque no cenário econômico nacional, com um PIB industrial que ultrapassou o do Rio em número e em crescimento. Apesar desse cenário de lenta perda de importância, a cidade do Rio de Janeiro ainda concentrava as sedes das principais empresas do país, e, em termos comerciais, ainda era o polo das decisões, sendo destino de visitantes nacionais e estrangeiros. Do ponto de vista cultural e político, como capital da República, a cidade mantinha seu dinamismo (OSORIO, REGO e VERSIANI, 2017). Vale destacar que a população da cidade do Rio de Janeiro, no censo de 1950, ainda era maior que a de São Paulo, conforme dados do IBGE.

Gráfico 1 - População das Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo



Fonte: Elaboração própria com dados das Estimativas de População/IBGE.

Nos anos que antecederam a transferência da capital federal, o estado do Rio de Janeiro ainda foi alvo de investimentos, como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional; da Fábrica Nacional de Motores; da Companhia Nacional de Álcalis; e da Refinaria Duque de Caxias. Mesmo nos anos 1950, a região do atual estado do Rio de Janeiro mantinha um crescimento médio próximo ao do Sudeste e ao do Brasil. Porém, com a transferência da capital do Brasil para Brasília, em 1960, houve uma quebra institucional que mudaria os rumos do principal centro econômico da região, a cidade do Rio de Janeiro, conforme explicam Osorio, Rego e Versiani (2017, p. 3): “Porém, a partir de 1960, com a transferência da Capital Federal para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro sofre um processo de fratura em sua dinâmica institucional [...]”.

O entendimento de que a pujança da cidade do Rio de Janeiro estava relacionada à sua condição de capital se baseia no conceito de “capitalidade”, isto é, o fato de ser capital conferia ao Rio, até então, a função de palco da política e da cultura, foco de investimentos e o “papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória”, conforme conceituação de Marly Silva da Motta, utilizada por Osorio, Rego e Versiani (2017, pág. 2). A partir desse ponto de vista, a perda do título de capital tem a capacidade de dissipar as forças que garantem a uma localidade um dinamismo que é inerente à função de capital. E o Rio de Janeiro experimentou esse esvaziamento a partir de 1960, mesmo que essa tendência só tenha sido percebida anos mais tarde (OSORIO, REGO e VERSIANI, 2017).

Podem-se listar algumas razões pelas quais essa percepção demorou a ser sentida na ex-capital. Inicialmente, acreditava-se que, apesar da transferência, Brasília não se consolidaria como capital do Brasil, concentrando todo dinamismo inerente à sede do Poder. Tinha-se a concepção de que o Rio de Janeiro continuaria a ser “a capital de fato”. Esse sentimento era reforçado pela efervescência cultural vivida no Rio, com a Bossa Nova, por exemplo, se popularizando pelo mundo, pela lentidão do processo de transferência da capital para o novo Distrito Federal, que demorou alguns anos para se solidificar, além do fato de que o sentimento e os hábitos da população em geral cristalizavam a sensação de que nada tinha acontecido, ou seja, a vida no Rio seguia como se a capital do Brasil de fato ainda fosse o Rio de Janeiro (OSORIO e VERSIANI, 2013).

Essa permanência da sensação de ainda ser capital mesmo após a transferência para Brasília também pode ser explicada pelo conceito de capitalidade, segundo o qual o fato de uma localidade ser por muito tempo sede do poder cria hábitos e rotinas que cristalizam na população o status de ser capital, o que dificulta a percepção de que houve uma mudança potencialmente estrutural ainda não assimilada. De fato, o dinamismo econômico do Brasil vivido na década de 1960 até o fim da década de 1970, do qual também se beneficiou a economia fluminense (a Ponte Rio-Niterói, por exemplo, foi construída entre 1968 e 1974, durante o chamado “milagre econômico”), contribuiu para camuflar a perda de dinamismo econômico que, pouco a pouco, a cidade e o estado do Rio de Janeiro sofriam (OSORIO, REGO e VERSIANI, 2017).

A transferência da capital do Brasil para o Centro-Oeste já era um tema há muito debatido na República. Antes da efetiva mudança para Brasília, duas constituições, quais sejam, a de 1933/1934 e a de 1946, já previam, em seu texto, a transferência, porém anos se passaram sem que nenhum movimento concreto fosse observado pela população. Por isso, quando Juscelino Kubitschek (JK) renovou a intenção, houve uma descrença geral, até mesmo por parte da oposição, que demonstrou pouca resistência, acreditando que o fracasso da proposta seria mais um fator desmoralizador para o governo JK. Porém, o projeto avançou sem que houvesse um debate mais sério de quais consequências a transferência da capital traria para o Rio de Janeiro. Além do mais, como já citado, todos acreditavam que a cidade do Rio continuaria sendo “capital de fato”, mantendo sua capitalidade. Em última análise, a capitalidade do Rio de Janeiro, aliada à descrença no sucesso da construção de Brasília, reforçou uma trajetória institucional que dificultou uma reflexão local sobre o futuro do estado (DAMACENO, 2019).

Damaceno (2019, p.52) traz uma citação ao economista Carlos Lessa que resume bem as condições em que se deu a mudança da capital federal:

“Não houve nenhum balanço do que seriam as perdas objetivas e de raio de manobra a longo prazo, com a mudança da sede do poder e seu complexo de atividades complementares para o planalto. A crise econômica e política do início dos anos 60 mobilizou a população carioca. Lançou para segundo plano a avaliação das implicações da perda de capitalidade, contribuindo para subestimar a transferência como um fato político menor, que beirava o ridículo.”

A condição de capital do Brasil também trouxe problemas relacionados a projetos de desenvolvimento local que ficaram evidentes somente após a transferência da capital para Brasília. Desde o Império, com o Município Neutro, separado do resto da província, até a República, com o Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, de cujo dinamismo todo o estado do Rio de Janeiro se beneficiava, sempre teve sua política local abafada, ou seja, em última instância, a administração da cidade sempre foi controlada pelo governo geral; na República, por exemplo, o prefeito era indicado pelo Presidente do país. Ao mesmo tempo em que a cidade se beneficiava da capitalidade, atraindo para si toda dinâmica econômica a ela inerente, o resultado de um controle tão intenso é a inibição de qualquer política local de desenvolvimento. Os planos para a cidade do Rio se confundiam com os planos para o Brasil (OSORIO e VERSIANI, 2013).

Um reflexo dessa condição é que os candidatos ao Senado pelo Distrito Federal, além de muitas vezes nem serem cariocas ou fluminenses, refletiam as disputas nacionais, ou seja, a eleição para representante do Rio de Janeiro era a continuação do debate político nacional, resultando na não-representação dos interesses locais. Após a transferência da capital para o Centro-Oeste, seria necessário que houvesse um debate local sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro, porém não havia, nem na classe política, nem na população, o hábito de se discutir a política local, não havia um histórico de planos de desenvolvimento e de gestão voltados para a cidade. E podemos incluir nesse raciocínio o interior do que hoje é o estado do Rio de Janeiro, porque tal região, após a ruína da economia cafeeira, também orbitava o dinamismo da capital nacional e também não tinha qualquer estratégia econômica que visasse ao desenvolvimento local (OSORIO e VERSIANI, 2013).

É importante citar que após a transferência da capital para Brasília, foi criado, como previsto, o estado da Guanabara e a criação desse estado também foi motivo de embates. Por parte dos cariocas, a opinião majoritária era pela criação da cidade-estado, já por parte dos fluminenses, a opinião dominante era pela fusão da cidade do Rio de Janeiro com o Estado do Rio de Janeiro. É interessante notar que ambas as partes se utilizam do conceito de capitalidade para justificar suas posições. Os cariocas argumentam que a história da cidade a distinguia do resto do estado, o que embasaria a criação da cidade-estado, ou seja, o fato do Rio ter sido capital por tanto tempo lhe conferia uma posição e uma dinâmica distintas. Já os fluminenses

justificavam a fusão com os benefícios que a dinâmica herdada da antiga capital poderia irradiar para o resto do estado, ou seja, a capitalidade herdada do Rio de Janeiro era vista como um propulsor capaz de transformar o estado oriundo da fusão em um estado vigoroso e poderoso. Porém, como se sabe, a proposta de criação da cidade-estado da Guanabara saiu vitoriosa. Todavia, o antigo problema da dominância de temas nacionais, que abafavam uma discussão local, continuou. O primeiro governo do Estado da Guanabara, o de Carlos Lacerda, iniciado em 1960, foi completamente permeado por debates nacionais, a intenção de concorrer à Presidência da República, em 1965, levou Lacerda a tentar reafirmar a capitalidade do Rio de Janeiro frente ao panorama nacional. O governo seguinte, o de Negrão de Lima, também não rompeu com a trajetória de ausência de reflexão local, não definindo uma estratégia adequada para o novo estado (DAMACENO, 2019).

É verdade que os governos do Estado da Guanabara (1960 a 1975), cuja área correspondia ao atual município do Rio de Janeiro, procuraram implementar alguns planos de desenvolvimento industrial, com implantação de distritos industriais em áreas específicas da cidade, visando a combater a já observada perda de dinamismo da indústria, porém todas as medidas se mostraram infrutíferas e não foram capazes de reverter o processo de declínio industrial em curso (OSORIO, REGO e VERSIANI, 2017).

A fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara se deu por decisão unilateral do Governo Militar. Novamente, não se tinha como suporte uma reflexão local ou um projeto de desenvolvimento do novo estado do Rio de Janeiro, principalmente após a criação de Brasília. Algumas justificativas, porém, foram utilizadas. Em primeiro lugar, alegava-se que a economia da Guanabara estava esvaziada, por isso, e como segundo argumento, a intenção era a de que a fusão poderia criar um estado forte para fazer frente a São Paulo e Minas Gerais. Por fim, dizia-se querer enfraquecer o poder da oposição, já que a Guanabara era dominada pela “oposição” de Chagas Freitas. Essa última justificativa, entretanto, não é bem aceita, pois Chagas Freitas fazia uma “oposição amiga”, que não chegava a incomodar o Governo Militar. Além do perfil impositivo da fusão, sem reflexões mais apuradas, o fato de a cidade do Rio de Janeiro ainda se ver como cidade nacional, apartada do resto do estado (reflexo da capitalidade), dificultou ainda mais a integração necessária após a fusão realizada (DAMACENO, 2019).

Por fim, o impacto negativo da capitalidade da cidade do Rio de Janeiro na construção de uma reflexão sobre todo o estado do Rio de Janeiro também pode ser observado na grande concentração de centros de ensino e pesquisa na cidade do Rio de Janeiro que, no entanto, não são habituados a fazer uma reflexão local, apesar de serem referência em temas nacionais e internacionais. Ou seja, os efeitos da capitalidade em inibir na cidade do Rio de Janeiro o

pensamento local fez com que até mesmo instituições de ensino e pesquisa, como universidades, institutos e centros de ciência e tecnologia, negligenciassem o estudo da própria região, contribuindo para a ausência de projetos para o estado do Rio de Janeiro. (SANTOS, 2016; OSORIO, 2022)

1.3 OS ANTECEDENTES E A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA NO RIO DE JANEIRO

Como é sabido, a primeira capital do Brasil foi Salvador, na Bahia, e, no século XVIII, houve a transferência da capital da colônia para a cidade do Rio de Janeiro. Os motivos que levaram à mudança, juntamente com o fato em si, configuram a gênese do processo que iria, um século depois, dar início à indústria do Rio de Janeiro. O território fluminense, antes de sediar a administração colonial, começava a se destacar pela atividade portuária em suporte aos navios que faziam a guarda das águas ao Sul da colônia. Além disso, na economia, a produção da cana-de-açúcar e de aguardente conferiam ao Rio certa relevância no contexto colonial; essas atividades, inclusive, foram responsáveis por criar núcleos de população pelo território fluminense. Porém a grande inflexão se deu com o crescimento da extração de ouro no território hoje correspondente ao estado de Minas Gerais. A pujança dessa atividade deslocou do Nordeste para o Sudeste o foco da atividade econômica colonial, e a cidade do Rio de Janeiro, com sua atividade portuária já estabelecida, começou a escoar a produção do ouro. Desse ponto até a transferência da capital, destacam-se dois fatores: primeiro, o porto do Rio ganhou muita relevância nesse novo contexto econômico colonial e, segundo, era de interesse da Coroa que houvesse uma melhor fiscalização e eficiência da atividade mineradora. Ora, ao se aliar a proximidade em relação à nova região de maior relevância econômica (Minas Gerais) com o maior destaque conferido à cidade do Rio frente ao novo contexto, estavam postos os elementos que justificavam a transferência da capital da América Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1763 (COSTA e SANTOS, 2019).

Esse marco histórico significou para a cidade do Rio de Janeiro o primeiro de vários eventos que viriam a reafirmar e intensificar a centralidade da cidade no território brasileiro. A concentração econômica no estado do Rio de Janeiro, iniciada na atividade portuária, passando pelo florescimento da cultura da cana-de-açúcar e pelo escoamento da produção de ouro, culminando na transferência da capital da colônia, atraiu para a cidade do Rio fluxos demográficos e de capitais que a transformaram no centro do país já no século XVIII (SILVA, 2007).

O crescimento em importância do território fluminense foi impulsionado ainda mais e de maneira decisiva pela economia cafeeira, que começou como cultura complementar à cana-de-açúcar no fim do século XVIII e que teve seu auge entre 1820 e 1870. Foi através da cultura do café que o interior do Rio teve sua densidade econômica aumentada, já que o Sul Fluminense se tornou o grande produtor do grão, alçando o Rio de Janeiro à condição de maior exportador mundial. É importante frisar, no entanto, que, apesar de o interior começar a ganhar relevância e densidade econômica em relação à cidade do Rio, as diferenças entre as duas regiões permaneceram, como será descrito mais adiante. Antes disso, porém, é preciso mencionar a importância da chegada da Família Real ao Brasil como segundo grande marco histórico relevante no processo de crescente importância do Rio de Janeiro. Ao transferir a capital do Império Português para terras cariocas, a Coroa Portuguesa deu início a um processo acelerado de mudanças estruturais na cidade, necessárias para e compatíveis com a nova condição do Rio. Do ponto de vista econômico, pode-se citar a independência comercial e industrial conferida à cidade, que ajudou a atrair ainda mais fluxos populacionais e econômicos. Como era de se esperar, ser a capital tropical de um reino europeu isolou o Rio de Janeiro como centro econômico, político e cultural mais avançado da colônia (COSTA e SANTOS, 2019).

Agora tratando do interior do que é hoje o estado do Rio de Janeiro, Davidovich (2001) salienta que sempre houve uma diferenciação entre a cidade do Rio e o território ao redor, e a transformação da cidade em sede da Corte aprofundou essas diferenças, uma vez que os recursos da Coroa, que dinamizaram a cidade do Rio de Janeiro, não eram suficientes para promover o povoamento do interior. Mesmo a produção do café, que ajudou a povoar o Sul Fluminense e que lhe deu dinamismo, foi insuficiente para criar uma rede de cidades, como ocorreria posteriormente em São Paulo; na verdade, no caso fluminense, curiosamente, o crescimento da cultura do café no Sul favoreceu a cidade do Rio de Janeiro através da atividade portuária e de comercialização ligada ao grão. A dicotomia entre interior e capital seria agravada, mais tarde, já no Império, com a criação do Município Neutro, em 1834, o que diferenciou oficialmente os dois territórios. A partir de então, a capital da província do Rio de Janeiro passou a ser Niterói, que manteve o título até 1975, embora de 1893 até 1903, Petrópolis tenha exercido o papel de capital. Sendo assim, a cidade do Rio de Janeiro era a sede da modernidade, dos serviços e da burocracia, enquanto a província do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, tinha como seu carro chefe a produção primária, principalmente, a cafeeira.

O café, então, após o impulso do ouro, consolidou a cidade do Rio de Janeiro como centro comercial, mercantil e financeiro do país, posicionado frente ao comércio internacional, sede da economia do café e local de exportação da produção do Sudeste, além de ser o principal

polo urbano do país. E é nesse ponto da história que são lançadas as bases da industrialização do Rio de Janeiro, que se confunde com a industrialização do Brasil. Todo esse capital comercial excedente envolvido na economia cafeeira, que estava sediado na capital do Império, começou a ser associado ao setor financeiro e, com o início do declínio do café em 1870, foi aplicado em bens de capital, ou seja, começava a formação da indústria na cidade do Rio de Janeiro, que antes era restrita a pequenas manufaturas que beiravam a inexpressividade. A partir de 1870, a cidade do Rio de Janeiro passou a sediar os mais modernos setores industriais do país, principalmente têxteis e alimentícios, com mão de obra assalariada e máquinas a vapor. No caso da indústria têxtil (a pioneira), contribuíram para seu surgimento, além da citada desaceleração da economia do café, o aumento da produção de algodão e a demanda gerada pelos soldados na Guerra do Paraguai (VASCONCELLOS, 2019). Outros fatores, além da crise do café, possibilitaram a emergência da indústria no Rio de Janeiro. A cidade era sede da única bolsa de valores do país, que canalizou os recursos para o investimento em capital, era sede também dos maiores bancos nacionais e estrangeiros, que possibilitaram o sistema de crédito, além disso, posteriormente, no início da República, o período do encilhamento sedimentou as condições para o crescimento industrial, pois a expansão da base monetária permitiu a acumulação de capital necessária para a industrialização, e o câmbio (desvalorizado em relação à libra) propiciou que investidores convertessem seus ativos em empreendimentos produtivos. Aliados a esses fatores estavam também o aumento da mão de obra disponível, após a abolição da escravatura e a melhoria do sistema de transporte do estado (COSTA e SANTOS, 2019).

É interessante notar que, enquanto o Rio de Janeiro vivia o florescimento da indústria, em consequência também do declínio da economia cafeeira fluminense a partir de 1870, o estado de São Paulo simultaneamente experimentava o crescimento dos seus cafezais, cuja produção viria, mais tarde, a suplantar a do Rio de Janeiro, que só não sofreu as pesadas consequências do declínio dessa cultura devido à moderna economia urbana, a maior do país; devido à posição de sede do governo nacional, que lhe trazia o dinamismo inerente a essa condição; devido ao dinâmico setor financeiro e comercial; e também devido a parte da produção e do comércio de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo ainda passar pelo porto do Rio, o que garantia à cidade os benefícios dessa movimentação comercial (SILVA, 2007). Porém esse era o panorama da capital do Brasil, a província do Rio de Janeiro, cuja capital passou a ser Niterói, sofria as consequências da crise da economia cafeeira, sustentada pela lógica da mão de obra escrava, que fora desarticulada após a abolição assinada pela Princesa Isabel (essa é apenas uma das causas da crise que já se vislumbrava desde 1870). A província

e, posteriormente, o estado do Rio de Janeiro, que ainda se distinguia da cidade do Rio de Janeiro, só teria novo ganho de dinamismo econômico próximo a meados do século XX.

A cidade do Rio de Janeiro, porém, chegava ao ano de 1900 em grande forma, estava listada entre os 15 maiores portos do mundo, em plena industrialização, sendo o maior parque industrial do país, com a Estrada de Ferro Central do Brasil ajudando a escoar a produção, com uma bolsa de valores e com um mercado bancário ativos no fomento às indústrias. A cidade à essa época estava realmente inserida na economia internacional (VASCONCELLOS, 2019). Vale lembrar, mais uma vez, o destaque da urbanização do Rio de Janeiro no âmbito nacional, potencializado pelas obras de embelezamento e modernização da cidade no início do século XX, que se somavam à citada industrialização e à centralidade política; cenário bem diverso do observado no estado vizinho homônimo, que hoje constitui o interior do Rio de Janeiro (DAVIDOVICH 2010). Mas, na cidade do Rio, as indústrias têxtil, metalúrgica, alimentícia e química se destacavam. Em 1907, só a cidade do Rio detinha 30% da produção industrial do país (e os ramos têxtil e alimentício, por sua vez, representavam 47,3% da produção carioca), seguida por São Paulo, com 16,1%. Não obstante isso, durante a década de 1920, o estado de São Paulo passou a representar 35% do PIB industrial nacional e o estado do Rio de Janeiro, considerando o território atual, passou para 27%, sendo que 21 pontos percentuais (p.p.) correspondiam à cidade do Rio e 6 p.p. ao que é hoje o interior do estado. (SILVA, 2007)

Ou seja, na década de 1920, os dados mostram que a indústria do estado de São Paulo já preponderava sobre a do Rio de Janeiro. Existe um debate amplo que procura explicar as causas dessa inversão, dentre os motivos mais citados podemos elencar o declínio do café como força dinamizadora da cidade, que detinha a maior praça industrial do país e que, dependente do setor externo, sofreu forte redução da demanda devido à Primeira Guerra Mundial; o aumento de custos da produção em terras fluminenses, enquanto os paulistas produziam a um custo menor, essa diferença foi a responsável também pelo desvio da demanda nacional (e mesmo fluminense) que antes era direcionada para produtos cariocas para os produtos paulistas; a fraca presença do setor primário na economia fluminense levava ao consumo de alimentos vindos de outros estados, provocando um vazamento da renda e elevação dos custos locais; a forte urbanização do Rio de Janeiro, com 61,6% da população ocupada no setor de serviços; os salários do operariado mais altos que no resto do país; e, por fim, a ausência de políticas favoráveis à indústria que diminuíram o atrativo do Rio de Janeiro para o setor produtivo. (COSTA e SANTOS, 2019)

A indústria do Rio de Janeiro, ultrapassada pela de São Paulo, passou, então, a ter um papel complementar em relação à indústria paulista, ou seja, as indústrias mais capazes de gerar

maior valor agregado começaram a surgir em São Paulo. Porém, essa perda de posição não significa que a indústria do Rio decrescia, a questão crucial é que, devido aos motivos apontados, a do Rio crescia menos que a média nacional, ainda que estivesse se diversificando e expandindo. Uma vez perdida a dianteira da indústria, a economia da cidade do Rio de Janeiro passou a ser marcada pelo setor imobiliário, de construção de infraestrutura e serviços comerciais e financeiros. Já a pequena indústria existente no Norte do estado, na região de Campos dos Goytacazes, ligada à cana-de-açúcar, e a pequena indústria existente no Sul do estado, na região do Médio Paraíba, ligada ao café, ambas ruíram junto com a perda de dinamismo das culturas canavieira e cafeeira no início do século XX. Vale citar também a ruína da cultura de laranjas nas Baixadas Litorâneas no mesmo século (SILVA, 2007).

Em meados do século XX, sobretudo a partir de 1940, a ação do Governo Central no território fluminense, como a abertura de rodovias, criação de indústrias de base e de setores intermediários, foi crucial para a atividade econômica do estado. Por ação direta do Estado desenvolvimentista da época, foram criadas empresas como o Instituto de Resseguros do Brasil e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que, juntas, garantiram o dinamismo dos investimentos e da produtividade industrial. Além das duas citadas, destacam-se: a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Álcalis e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), todas sediadas no atual estado do Rio de Janeiro. Já na década de 1950, foram fundados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Petrobrás e a Eletrobrás, todas também sediadas no Rio de Janeiro (VASCONCELLOS, 2019). Esse momento da cidade do Rio de Janeiro, qual seja, a partir da década de 1950, é retratado por Davidovich (2010) como o auge político e econômico da cidade, pois era sede das grandes estatais, dos grandes bancos públicos e privados, da bolsa de valores, além de ser a capital do país. Vale lembrar a efervescência cultural, já citada na seção anterior, representada também pela Bossa Nova nesse mesmo período. A cidade do Rio, após quase 200 anos de construção histórica, política e econômica como capital, parecia manter inabalado seu *status* de centro do país. Até mesmo o antigo estado do Rio de Janeiro (atual interior), que desde a ruína do café, no Sul, e das laranjas, nas Baixadas Litorâneas, amargava a estagnação, foi beneficiado pela política nacional-desenvolvimentista da época. Nessa época, no antigo estado do Rio de Janeiro, somente o Norte, centralizado em Campos dos Goytacazes, mantinha certo dinamismo devido ao cultivo da cana, que era escoada pelo porto de Macaé. Dentre esses investimentos do Estado Brasileiro que dinamizaram o território fluminense em meados do século XX, podemos citar ainda o investimento na Rodovia Presidente Dutra (BR-116), beneficiando o Vale do Paraíba; a Avenida Brasil, que facilitou a implantação de indústrias em sua extensão; investimentos na BR-101 Sul, que permitiu a

ampliação do porto da Petrobrás em Angra dos Reis, ligando a região à refinaria de Duque de Caxias e, posteriormente, a Ponte Rio-Niterói (Presidente Costa e Silva), que melhorou o acesso ao Norte do estado e permitiu investimentos nas Baixadas Litorâneas. Todos esses investimentos deram sustento à industrialização, sobretudo do interior, onde não havia iniciativas independentes relevantes para a industrialização. (VASCONCELLOS, 2019)

Uma das motivações para essa iniciativa desenvolvimentista no estado e na cidade do Rio de Janeiro foi a intenção de criar uma relação de complementaridade em relação à indústria de São Paulo, ou seja, desejava-se fortalecer a estrutura produtiva do Rio de Janeiro, não para ultrapassar, mas para aproximá-la da pujante indústria paulista numa relação complementar. Esse período evidencia a importância da ação do Estado e da condição de capital do país para a economia do estado do Rio de Janeiro; embora, mesmo depois da transferência da capital para Brasília (1960), o projeto desenvolvimentista do Governo Central tenha feito mais alguns investimentos em solo fluminense.

Após esse período de grandes investimentos, a crise iniciada na virada da década de 1970 para 1980 criou uma nova conjuntura para a economia brasileira. A busca por saldos positivos na balança comercial, através da exportação de produtos primários, fez cessar os investimentos federais, nesse contexto, alguns setores perderam subsídios e incentivos e foram fortemente abalados, como a indústria naval e toda sua cadeia produtiva em 1980. Todavia, é nesse período também que a indústria extrativa fluminense começa a crescer e a ganhar espaço na indústria nacional. A indústria de transformação do estado, típica do período inicial da industrialização, não conseguiu fazer uma transmutação eficiente para a indústria de bens duráveis, que outros estados já possuíam. Ainda assim, em 1970, dez anos antes, das 50 maiores empresas do Brasil, 20 estavam sediadas no Rio e 21 em São Paulo, e quase toda produção fluminense se dava na indústria de transformação (Tabela 1) (VASCONCELLOS, 2019). Ou seja, apesar de estar em desaceleração, a indústria de transformação do Rio de Janeiro ainda tinha um peso grande e, como pioneira, era natural que, com a industrialização de outros estados, seu peso relativo diminuísse. Entre 1939 e 1980, a participação relativa da indústria geral fluminense na indústria nacional caiu de 27,9% para 9,7%. Um fato curioso é que, antes da fusão do estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, este último apresentava aumento na participação nacional, enquanto aquele apresentava declínio. O resultado é que, juntando os dois estados, a queda geral foi atenuada pelo crescimento do interior. Frise-se mais uma vez que essa queda era relativa, até então, não havia indícios de deslocamento real da indústria (COSTA e SANTOS, 2019). Por trás desse fenômeno, está a indústria extrativa, que a partir de 1980 cresceu aceleradamente.

Tabela 1 - Estrutura Industrial Fluminense – 1949-1980 (%)

Classe/gênero	1949	1959	1970	1975	1980
Total	100	100	100	100	100
Extrativista Mineral	0,4	0,7	0,6	0,4	0,5
Transformação	99,6	99,3	99,4	99,6	99,5

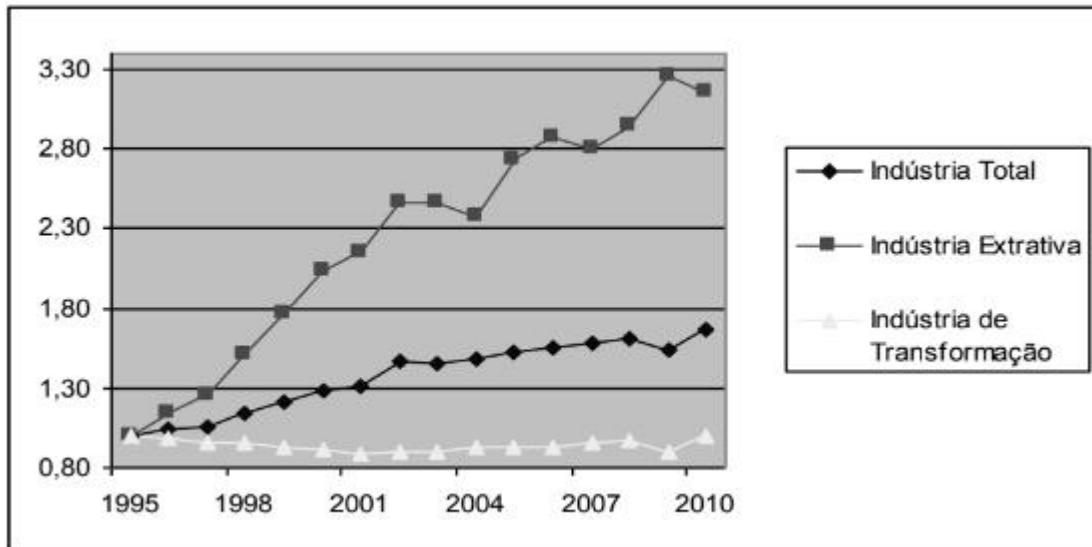
Fonte: Censos Industriais/IBGE - apud Costa e Santos (2019, p. 35)

1.4 O ESVAZIAMENTO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1990

Na década de 1990, a subida do preço das *commodities* impulsionou o crescimento dos investimentos no setor petrolífero, gerando uma tímida interiorização. Porém, antes de se iniciar o período favorável à economia fluminense, puxado pela indústria extrativa, após o longo período em crise que foi a década de 1980, o início da década de 1990, quando ainda se vivia grande dificuldade econômica, provocou uma mudança severa na concepção do papel do Estado na indução do crescimento e desenvolvimento. A corrente desenvolvimentista deu lugar ao liberalismo, em que o papel do Estado é minimizado. Sendo assim, o estado do Rio de Janeiro, que, sobretudo a partir de 1940, foi depositário de grandes ações do Estado desenvolvimentista, virou palco principal das privatizações da década de 1990, visto que a maior parte das estatais criadas nos governos anteriores sediava-se na cidade do Rio de Janeiro. A reorganização produtiva proposta na década de 1990, pode-se dizer, recaiu gravemente sobre o estado do Rio de Janeiro. A crise do período foi tão profunda que, nessa época, o estado foi ultrapassado por Minas Gerais em Valor Adicionado Bruto (VAB) e se temia perder a segunda posição no *ranking* dos PIB estaduais para os mineiros. Somente após a estabilização monetária promovida pelo Plano Real, em 1994, o estado do Rio de Janeiro começou a experimentar uma reação em termos de crescimento do PIB, ensejando a esperança de uma retomada da economia estadual. O setor secundário fluminense, por exemplo, cresceu 69,4% na década de 1990 e a participação do Rio de Janeiro no PIB industrial nacional saiu de 10,2% para 14,5%. É verdade que o surgimento de uma indústria automobilística no Sul do estado trouxe certo otimismo, porém a grande responsável pelo crescimento vertiginoso da indústria foi a indústria extrativa, que saiu de 10% da indústria fluminense em 1995 para 50% nos anos 2000. A realidade que se impunha era a de que o estado do Rio de Janeiro sofria perdas na maior parte das indústrias, tendo o crescimento industrial sido puxado pela indústria extrativa, da qual se tornava cada vez mais dependente. A diversificação da estrutura produtiva era fortemente comprometida. Não houve um processo de fomento de atividades de alta tecnologia, deixando o estado sem capacidade de

inovação. A única indústria que teve incremento de tecnologia básica foi a indústria extrativa e intermediária relacionadas ao petróleo devido ao *boom* da *commodity*, beneficiando o estado e municípios produtores (VASCONCELLOS, 2019).

Gráfico 2 - Evolução da Produção Física da Indústria Fluminense – 1995/2010 (1995=100)



Fonte: PIM-PF/IBGE, apud SOBRAL (2013, p. 56)

Ainda sobre as perdas sofridas pela indústria de transformação, relata Vasconcellos (2019, p. 22):

O período [década de 1990] pode ser compreendido, como um período de perdas na maioria dos ramos do setor de Bens de Consumo Não Duráveis, com exceção de Bebidas. No grupo de Bens Intermediários, houve pequena redução, no entanto, estabilizada graças ao setor de metalurgia básica e derivados de petróleo. Por último, o setor de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital [...] foi reduzido quase para a metade.

O estado do Rio de Janeiro se tornou cada vez mais um exportador de petróleo, em especial petróleo cru, sem que houvesse uma estratégia de desenvolvimento capaz de dinamizar e desenvolver a capacidade produtiva com mais tecnologia. Nos anos 2000, com a indústria do petróleo ganhando cada vez mais força, com a expectativa de grandes eventos e com a alta na construção civil, houve a expectativa de uma onda de investimentos que poderiam alavancar o potencial econômico do estado. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o Porto do Açu despontavam como uma oportunidade para desenvolver e integrar a indústria do estado, já que suas operações envolveriam diversas regiões fluminenses, desenvolvendo consigo diversas indústrias auxiliares. O COMPERJ, por exemplo, através do adensamento da

cadeia produtiva do petróleo, seria capaz de diminuir a dependência de importação de derivados e, ao mesmo tempo, de aumentar a capacidade de exportação do Rio de Janeiro, que se concentra em óleo cru. Ou seja, esse projeto seria uma oportunidade de ir além da extração de petróleo, criando uma verdadeira indústria de transformação em torno dos seus derivados. Ambos os projetos citados, por motivos políticos e econômicos, como queda do valor das *commodities*, acabaram não se concretizando, frustrando possibilidades de diversificação da indústria do Rio de Janeiro e de desenvolvimento econômico (VASCONCELLOS, 2022).

Porém o problema é anterior a essa frustração. A grande questão a ser enfrentada é a grande dependência que se criou da indústria extrativa do petróleo a partir da desmobilização do parque industrial fluminense ao longo dos anos, sobretudo nos anos de 1990. Reside nesse processo de desindustrialização um grande problema da economia do estado do Rio de Janeiro. Criou-se uma dependência e uma expectativa de crescimento baseando-se em apenas um ramo da indústria, qual seja, a extrativa, ignorando toda a indústria de transformação que o estado perdia, dando origem a “uma regressão estrutural da indústria fluminense” (SOBRAL, 2009). Os indícios de que se formava no ERJ uma “estrutura produtiva oca”, na conceituação de Sobral (2017), já se faziam presentes antes mesmo das crises a partir dos anos 2000. Entre 1995 e 2010, a indústria extrativa cresceu 330%, enquanto a indústria de transformação manteve sua participação em 10% da economia fluminense (VASCONCELLOS, 2022). Ou seja, enquanto a indústria de transformação estava no mínimo estagnada, o peso da indústria extrativa só fazia crescer, tornando o ERJ cada vez mais dependente. Estava em curso, nas palavras de Vasconcellos (2022, p. 121) “uma tendência de especialização da estrutura produtiva e reprimarização da pauta exportadora” da economia fluminense, ou seja, a indústria do Rio de Janeiro se tornava cada vez menos diversificada.

Os dados da década de 1990 demonstram uma transformação estrutural da economia fluminense (cidade e estado do Rio de Janeiro): desde a sua industrialização, não se via uma preponderância tão grande da indústria extrativa sobre os demais ramos da indústria, e mais preocupante se mostra o dado quando se constata que houve, durante a última década do século XX, uma retração da indústria de transformação fluminense, afetando gravemente a diversificação da sua estrutura e sua capacidade de criar redes produtivas que contribuam para a complexidade produtiva do estado, ou seja, estavam postos os indícios de uma regressão estrutural da indústria do Rio de Janeiro, mesmo que ofuscada pelo avassalador crescimento da indústria do petróleo.

Dentre os setores que apresentaram queda na década de 1990, encontram-se “as indústrias de móveis, têxteis, vestuário, madeira, fumo, alimentos e bebidas (bens não duráveis

e semiduráveis) e indústria química (especialmente produtos farmacêuticos)” (HASENCLEVER, 2016, p. 14). Apesar da queda em diversos setores, ao se analisar o PIB da indústria como um todo, é possível notar um crescimento acima da média nacional, puxado pela indústria extrativa, porém, não só a análise dos dados abertos mostra que o crescimento se deve ao petróleo, como também o PIB do estado fica abaixo da média nacional, indicando que as outras atividades não acompanham a indústria do petróleo. Isso por si só já denota uma falta de articulação entre a indústria petrolífera e as outras indústrias e setores da economia fluminense, ou seja, a extração do petróleo não estava gerando os encadeamentos necessários ao desenvolvimento (HASENCLEVER, 2016). Uma consequência recente desse esvaziamento produtivo é a crise fiscal que o estado do Rio de Janeiro enfrenta desde 2014. Com a queda do preço das *commodities* e a grande dependência dos *royalties* da produção de petróleo, o estado do Rio de Janeiro teve uma queda brutal de sua receita, levando o estado à insolvência. A economia fluminense conheceu a face perversa da dependência de um recurso natural cujo preço é extremamente volátil, deixando o estado suscetível a choques externos e à dinâmica de um setor específico. O sucesso da indústria de petróleo e gás vinha camuflando os problemas crescentes na estrutura produtiva do Rio de Janeiro. Ter uma indústria de transformação diversificada e cadeias produtivas densas ajudaria a diminuir a vulnerabilidade e garantir parte da arrecadação, apesar das flutuações do preço do barril de petróleo (SOBRAL, 2017).

O sucesso inicial da atividade extrativa de petróleo talvez tenha feito se crer que a indústria de petróleo e gás seria a “vocação produtiva” do estado do Rio de Janeiro, negligenciando-se, assim, outras possibilidades produtivas, resultando no colapso da sua estrutura de indústria de transformação e na sua dependência da indústria extrativa (VASCONCELLOS, 2022). Por exemplo, “em 2007, quase 2/3 da indústria fluminense já estava concentrada em *commodities*” (SOBRAL, 2013, p. 67). Porém, a diversificação produtiva é inerente à ideia de desenvolvimento. E os ganhos auferidos com a produção de petróleo em águas fluminenses não estão sendo direcionados nem à diversificação da indústria, nem à promoção do desenvolvimento. Em vez disso, assiste-se ao desmantelamento da indústria de transformação do estado e ao aumento da dependência da atividade econômica de um só setor (HASENCLEVER, 2016).¹

¹ Observação: alguns dados mencionados nesta seção para caracterização geral da indústria na década de 1990 serão novamente expostos com gráficos e tabelas no capítulo 2.

1.5 BREVE DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO RIO DE JANEIRO

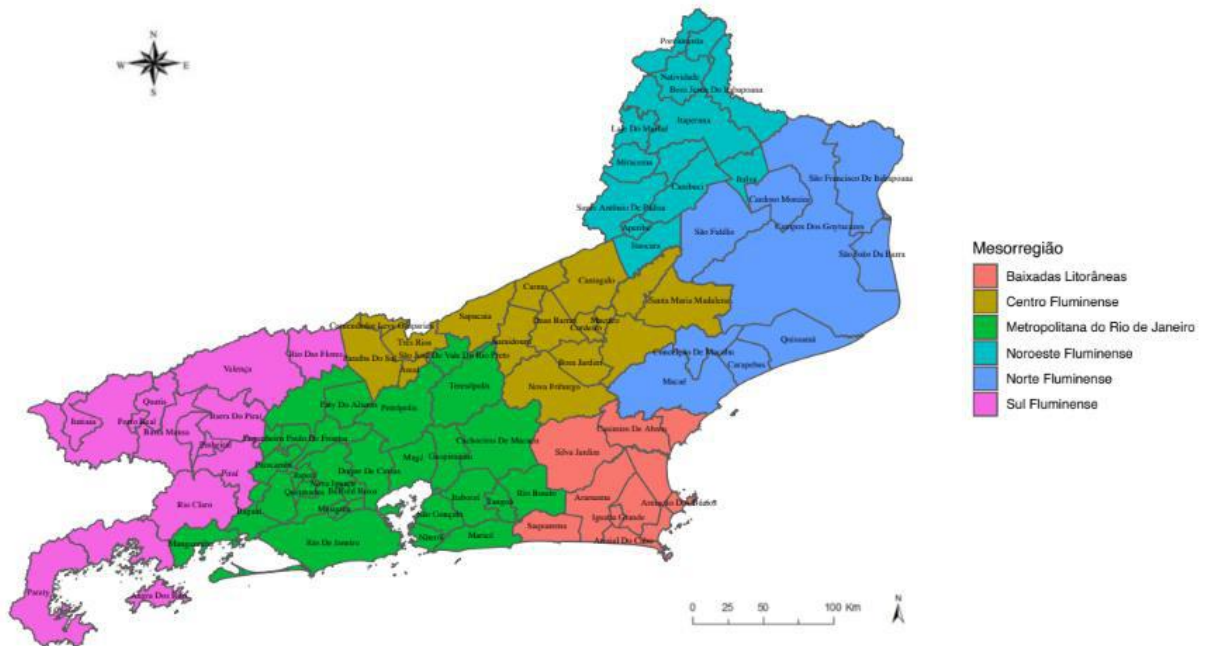
O estado do Rio de Janeiro historicamente tem sua atividade econômica e população concentradas na Região Metropolitana. Segundo dados do IBGE referentes a 2019 (os mais recentes disponíveis), 77,6% da população se encontra nessa área e, por isso, não surpreende o fato de também mais 76,6% do PIB serem gerados na Região Metropolitana. Essa distribuição populacional, que justifica a concentração econômica, começou a se delinear a partir de 1930, quando um grande fluxo migratório se fez para a então Capital da República, que apresentava crescimento industrial. Essa população vinda de regiões próximas e do Nordeste radicou-se nos subúrbios e nos municípios da Baixada Fluminense. Diferentemente do estado de São Paulo, o estado do Rio de Janeiro não teve êxito em irradiar o dinamismo econômico da capital para o interior, ou seja, sem um processo de interiorização da indústria, a atividade econômica e, conseqüentemente, a população se concentrou na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (DAMACENO, 2019).

A falta de uma estratégia de desenvolvimento regional fez da cidade do Rio uma metrópole com concentração de renda e infraestrutura que, à medida que a distância do seu núcleo aumenta, mais desprovida de serviços e infraestrutura ficam as regiões ao redor. Essa disparidade entre Rio de Janeiro e Região Metropolitana foi reforçada durante a existência do estado da Guanabara, pois, a despeito da inter-relação natural dos territórios, a Baixada Fluminense, como não fazia parte da cidade-estado, não era alvo de seus investimentos, mas também não recebia investimentos do antigo estado do Rio de Janeiro, permanecendo em uma espécie de “limbo”. A estrutura produtiva do Rio de Janeiro pós anos 1930 se consolidou sob essas características: uma capital hipertrofiada, rodeada por uma região metropolitana dependente e pouco integrada e um interior com pouco peso econômico, dependente do dinamismo da capital (DAMACENO, 2019).

Davidovich (2010) aponta uma das conseqüências dessa falta de solidariedade da cidade do Rio de Janeiro em relação ao seu entorno, já que o Rio nunca se compreendeu como parte dele. O território fluminense se desenvolveu em eixos, não havia uma continuidade em relação à capital, ou seja, não se criou uma rede de cidades na complexidade da que se formou em São Paulo, por exemplo, ou outras regiões metropolitanas. No estado do Rio, investimentos advindos da intervenção federal, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), posicionada entre a capital fluminense e a paulista, a Companhia Nacional de Álcalis, nas Baixadas Litorâneas, e a Usina Nuclear, em Angra dos Reis, no Sul Fluminense, são exemplos de polos industriais localizados de maneira pontual no território, ligados à capital por eixos viários,

principalmente. Essa é a estrutura em eixos apontada pela autora. Para melhor compreensão da localização das regiões citadas no trabalho, abaixo encontra-se o mapa do estado do Rio de Janeiro com suas respectivas mesorregiões e municípios.

Figura 1 - Mapa do estado do Rio de Janeiro com suas mesorregiões e seus respectivos municípios



Fonte: VASCONCELLOS (2022, p. 125)

Os dados mais recentes mostram que o histórico de concentração na capital ainda se reflete na estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro, segundo dados disponíveis do IBGE referentes a 2019 (IBGE, 2022). Como já dito, a Região Metropolitana representava 76,6% do PIB estadual e 77,6% da população, em 2019. A região Norte Fluminense tinha, no mesmo ano, participação de 7,5% do PIB do estado e 5,6% da população. O Sul Fluminense representava 7,1% do PIB e concentrava 7,0% da população. As Baixadas Litorâneas detinham 5,7% do PIB do estado e 5,0% da população. O Centro Fluminense representava 2,0% do PIB e 2,9% da população. E, por fim, a região do Noroeste Fluminense tinha participação de 1% no PIB de 2019, com 1,9% da população do estado do Rio de Janeiro.

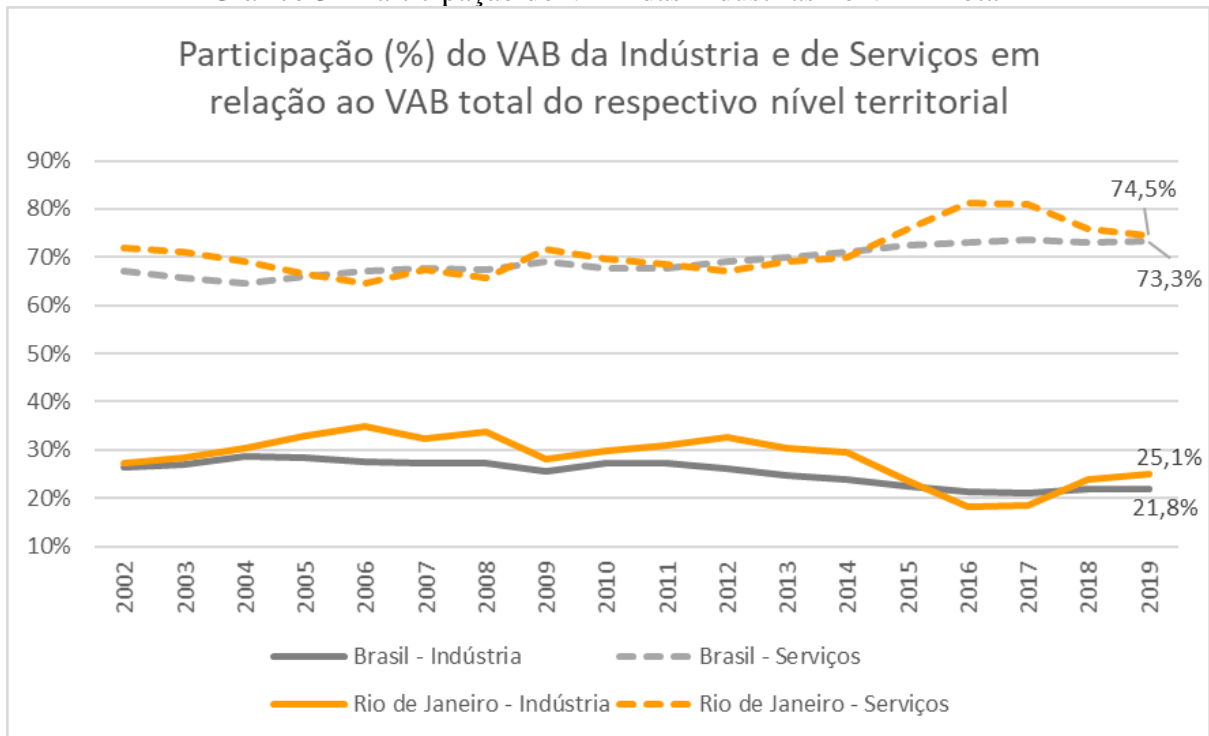
Do ponto de vista do Valor Adicionado Bruto da Indústria (VAB), ainda segundo dados do IBGE (2022), a Região Metropolitana tinha participação de 63,5% no VAB industrial do estado em 2019. Em segundo lugar, estava o Norte Fluminense, com participação de 14,4% no VAB industrial do Rio de Janeiro. As Baixadas Litorâneas participavam com 11,7% do VAB

industrial. O Sul Fluminense tinha participação de 8,0% do mesmo indicador. Com participações bem menores estão o Centro Fluminense, com 1,8% do VAB industrial e o Noroeste Fluminense, com 0,6% da VAB Industrial do estado do Rio em 2019.

Agora, utilizando dados do CEPERJ de 2017 trabalhados por Vasconcellos (2022) para uma análise do VAB Industrial segmentado entre indústria de transformação e indústria extrativa para as regiões do estado do Rio de Janeiro, podemos identificar qual desses dois tipos de produção industrial prepondera em cada mesorregião. O Sul do estado, onde se localizam cidades como Resende e Volta Redonda, tem peso relevante na indústria de transformação (14,2% do VAB da Indústria de Transformação do estado, em 2017), ficando atrás apenas da Região Metropolitana (67,7%). Em terceiro lugar, vem o Centro Fluminense, com 7,9% de participação do VAB da Indústria de Transformação, seguido do Norte Fluminense, com 6,3%, dados também para 2017. Em penúltimo e último, ficam, respectivamente, o Noroeste, com 2,4%, e as Baixadas Litorâneas, com 1,4% de participação no VAB da Indústria de Transformação. Quando a análise parte para a Indústria Extrativa, o Norte, onde se localizam Campos dos Goytacazes e Macaé, lidera a atividade, com participação de 58,2% do VAB da Indústria Extrativa do estado, em 2017, enquanto a Região Metropolitana corresponde a 32,1%. A região das Baixadas Litorâneas, onde se localizam Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Cabo Frio, apresenta também relevância no VAB da Indústria Extrativa do estado (6,2%). Na quarta, penúltima e última colocações, ficam o Centro Fluminense (1,0%), o Sul Fluminense (1,4%) e região Noroeste (1,1%), todos com pouco peso (VASCONCELLOS, 2022).

Vale lembrar que a Indústria como um todo correspondia a 25,1% do Valor Adicionado Bruto total do ERJ em 2019, enquanto o setor de serviços correspondia a 74,5%, segundo dados do IBGE. Essa proporção está em linha com a proporção encontrada na economia nacional, como se pode verificar no Gráfico 4, porém o que distingue o Rio de Janeiro é que o dado agregado da Indústria é fortemente dependente da Indústria Extrativa. Enquanto a participação da indústria extrativa no VAB do ERJ varia entre períodos de alta e queda, a participação da indústria de transformação apresentou uma tendência de queda nos últimos anos.

Gráfico 3 - Participação do VAB das Indústrias no VAB Total



Em síntese foi visto neste capítulo que o Rio de Janeiro carece de um projeto de desenvolvimento, desde que foi substituído por Brasília, devido à ruptura institucional relacionada a não ser mais a capital do país. Foi também descrito o panorama de perda de participação relativa na indústria nacional e principalmente, o esvaziamento da estrutura produtiva do Rio de Janeiro ao longo das últimas décadas, com uma tendência à especialização e dependência da Indústria do Petróleo (extrativa). O próximo capítulo buscará demonstrar através de dados setoriais e agregados, estaduais e nacionais, como o estado do Rio de Janeiro vem percorrendo uma trajetória de desindustrialização mais acentuada que a nacional, que lentamente cria no estado uma “estrutura produtiva oca”, que ajuda a explicar a crise estrutural fluminense.

2. ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA FLUMINENSE

O presente capítulo busca analisar a posição relativa da economia fluminense bem como a sua estrutura industrial, com foco na indústria de transformação, dado o entendimento de que foi a industrialização pela indústria de transformação que promoveu, na maior parte dos casos, os maiores avanços em desenvolvimento e progresso observados na história, abrindo o caminho, inclusive, para o avanço de outros setores, devido à transformação estrutural que gera na economia. (CANO, 2017). Os dados apresentados a seguir vão em média até 2019 por duas razões: a primeira é que dados regionais têm uma defasagem média de dois anos, portanto, alguns ainda não estão disponíveis, a segunda é que, devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), deflagrada em março de 2020, os dados assumem comportamentos muito atípicos em 2020 e em 2021, podendo falsear as conclusões, que aqui se destinam a enxergar movimentos de médio e longo prazos.

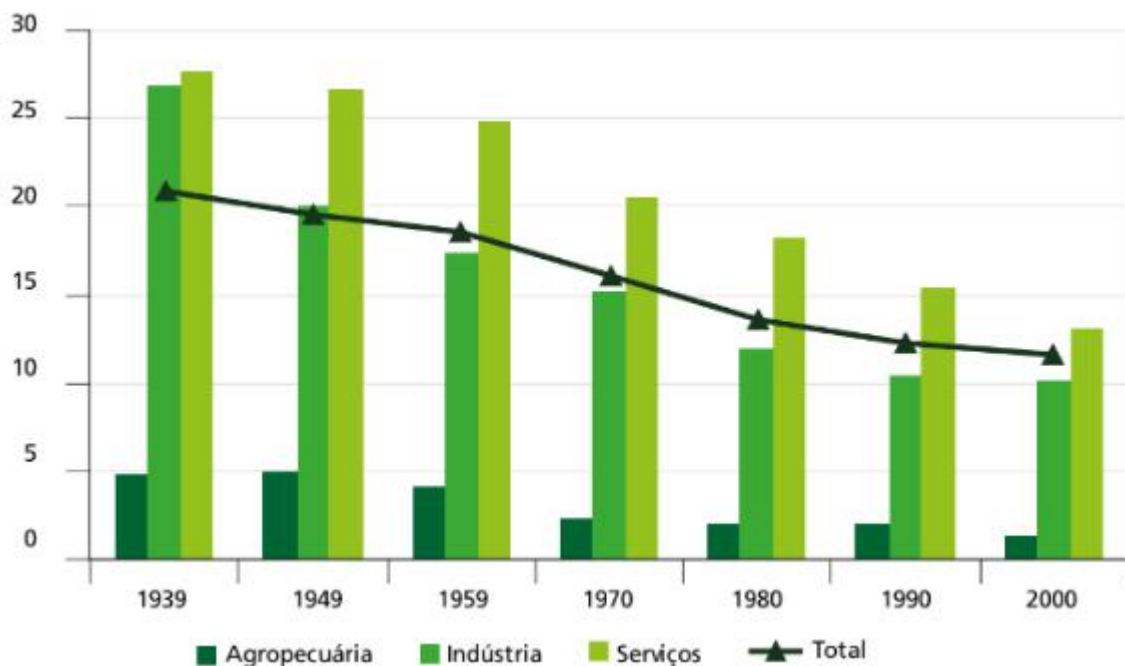
O objetivo da análise é verificar se os dados corroboram o diagnóstico de desindustrialização da economia fluminense, para tanto, a análise começa no nível “macro”, comparando o estado do Rio de Janeiro com o Brasil, que é entendido como a média de todas as outras unidades federativas. Depois, a análise avança comparando o Rio de Janeiro com alguns dos principais estados na economia nacional. Nas duas seções intermediárias, a análise fica centrada na indústria do estado fluminense. Já na última seção, busca-se fazer uma análise geral dos dados estudados a fim de debater o estado atual da economia do Rio de Janeiro.

2.1 O RIO DE JANEIRO COMPARADO AO BRASIL

O estado do Rio de Janeiro (ERJ), como exposto no capítulo 1, foi pioneiro na industrialização quando já era o centro pujante da economia brasileira, porém, desde que foi ultrapassado pelo estado de São Paulo, a queda da participação do Rio no PIB nacional acontece de forma contínua. Nem mesmo a desconcentração regional da produção, com as indústrias reduzindo presença relativa em terras paulistas, foi capaz estabilizar a perda de participação da economia fluminense, ou seja, o estado do Rio de Janeiro não se beneficiou desse processo iniciado na década de 1970 (SOBRAL, 2017). O Gráfico 4 mostra que, depois do processo marcante de industrialização da década de 1950, a perda de participação do estado aumentou sua velocidade. O Gráfico 5 apresenta os números do século XXI de maneira mais desagregada, e é fácil constatar que a tendência observada no gráfico Gráfico 4 se manteve, atingindo os menores níveis históricos na grande crise recente de 2016, que assolou o estado do Rio de

Janeiro de maneira mais dura. Ou seja, há 80 anos a economia fluminense perde seu peso na economia nacional e nem mesmo o crescimento acelerado da indústria de petróleo no território fluminense foi capaz de, ao menos, estagnar esse processo. É certo também que, como mencionado, além de estar havendo no país uma interiorização da economia, em direção a outros estados, a perda de relevância da indústria de transformação na economia como um todo é também uma característica da economia brasileira, por exemplo, segundo a PIA-Empresa de 2019, divulgada pelo IBGE, o país, entre 2013 e 2019, perdeu 8,5% das suas empresas indústrias. Como se verá, no estado do Rio de Janeiro, essa perda de relevância da indústria se dá de forma mais acentuada.

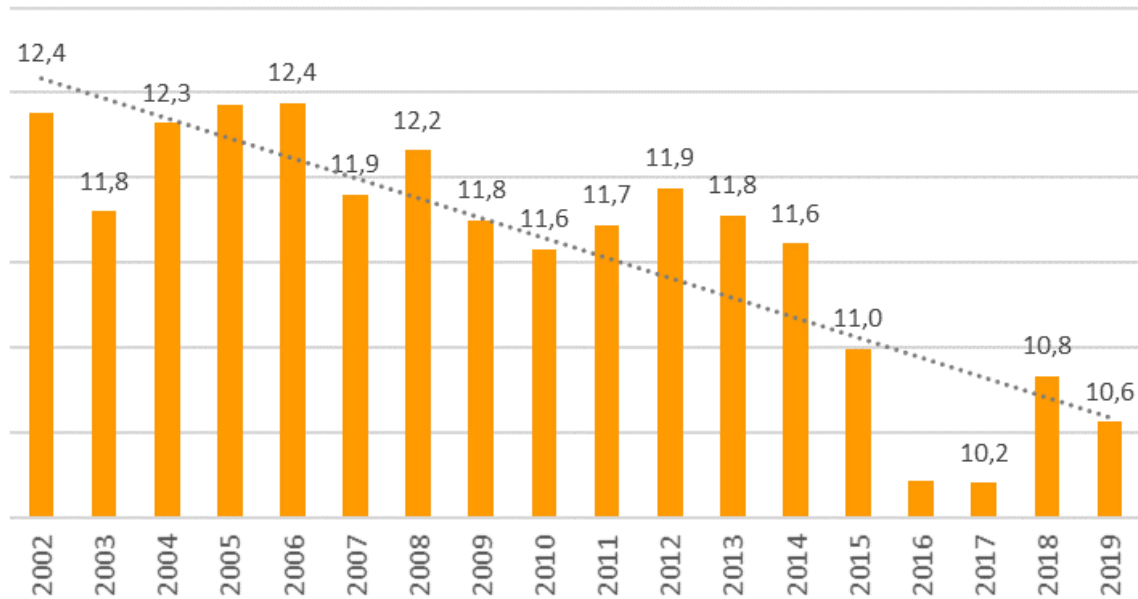
Gráfico 4 - Participação do Estado Rio de Janeiro no PIB Nacional (%)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) (de 1939 a 1980) e Contas Regionais do Brasil/IBGE (1990 pela antiga metodologia e 2000 pela nova metodologia), apud SOBRAL, 2017

Gráfico 5 - Participação do ERJ no PIB do Brasil

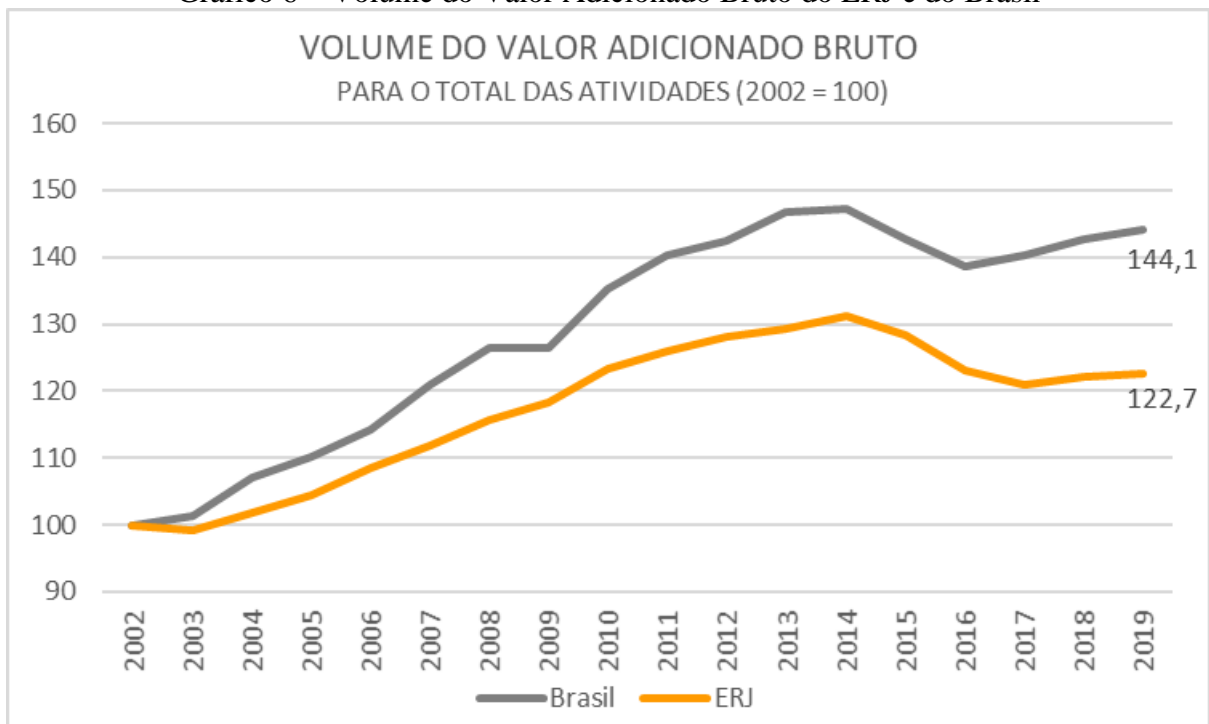
PARTICIPAÇÃO DO PIB DO ERJ NO PIB DO BRASIL (%)



Fonte: Elaboração própria com dados SIDRA/IBGE

Ainda em comparação com dados para o Brasil, do ponto de vista do crescimento, o estado do Rio de Janeiro também mostra uma falta de dinamismo grave. Enquanto o volume médio nacional do Valor Adicionado Bruto (VAB) para todas as atividades cresceu 44,1% desde 2002, o estado do Rio de Janeiro cresceu apenas a metade, aproximadamente, deixando evidente que o dinamismo na economia fluminense está prejudicado (Gráfico 6). Vê-se, inclusive, no gráfico 6, que depois de 2016, enquanto a curva nacional demonstra ganhar alguma inclinação positiva, a do Rio de Janeiro inclina-se menos, tendendo à estabilidade. E os dados confirmam: enquanto o VAB nacional apresenta crescimento de 2,8% em 2019 em relação a 2017, o VAB fluminense cresce apenas 1,5% na mesma comparação; vale salientar que o VAB do Brasil volta a crescer já a partir de 2016, enquanto o do Rio prolonga a queda até 2017. Enfatiza-se, ainda, que esse desempenho se dá apesar da pujança no setor de petróleo e gás no estado, que inclui toda década de 2000, que foi marcada pela bonança mundial, até 2008. Por fim, também é digno de nota que todo o projeto de extração petrolífera no país, notabilizado pela exploração do pré-sal, com presença marcante da Petrobrás no estado, faz parte de um projeto nacional, isto é, todo o dinamismo advindo dessa exploração não é fruto de um projeto estadual de exploração e desenvolvimento a partir do petróleo. (SOBRAL, 2017)

Gráfico 6 – Volume do Valor Adicionado Bruto do ERJ e do Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais/IBGE

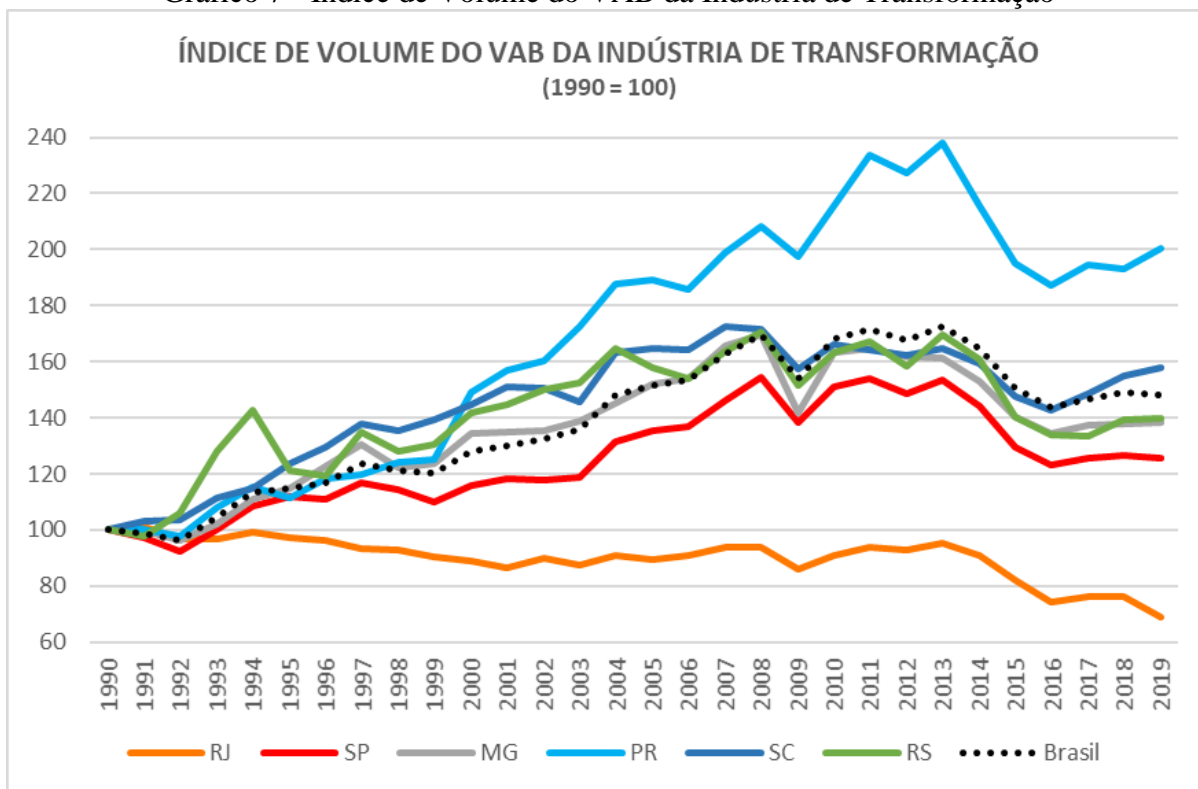
2.2 O RIO DE JANEIRO COMPARADO A OUTROS ESTADOS

Passando para uma análise mais focada na indústria de transformação, objeto de estudo deste trabalho, ao se comparar o desempenho fluminense com a média nacional e, sobretudo, com outros estados de peso na economia do país fica nítida a preocupante trajetória da indústria de transformação, como se pode ver no Gráfico 7. O estado do Rio não só cresceu bem menos que a média nacional e que o estado de São Paulo, como está em uma posição pior do que em 1990, ou seja, o volume do Valor Adicionado Bruto industrial do Rio de Janeiro é, aproximadamente, 30% menor que há 30 anos. É preciso fazer menção ao impressionante desempenho do Paraná, o único dos estados analisados a dobrar o seu volume no período analisado. Essa comparação com os outros estados deixa claro que não é apenas uma questão de perda de importância relativa (que é esperada quando um local é pioneiro na industrialização), o estado do Rio de Janeiro vive uma desindustrialização lenta e contínua da sua indústria de transformação. Nota-se que, por volta de 2013, o estado quase voltou ao nível de 1990, porém, com a crise recente, houve um aprofundamento severo da crise na indústria de transformação fluminense. Esse comportamento da economia fluminense, tanto na indústria de

transformação, quanto no VAB total das atividades, faz evidenciar uma frase: “quando o Brasil vai bem, o ERJ vai menos bem; e quando Brasil vai mal, o ERJ vai pior” (SEFAZ, 2021, p. 19).

O Gráfico 8 traz a comparação com outras unidades federativas (UF) para o volume do VAB do total das atividades, que evidencia que, mesmo adicionando à análise a pujante Indústria Extrativa e outros setores, a economia do Rio de Janeiro permanece com menor crescimento que as demais, bem abaixo da média nacional. Esse dado traz a seguinte constatação: sem o forte crescimento da indústria extrativa ligada à extração do petróleo, o desempenho da economia fluminense seria muito pior, indicando a importância que essa indústria alcançou no Rio de Janeiro, isto é, de certa forma, com esse desempenho insatisfatório, a economia fluminense não pode prescindir da indústria do petróleo, sob pena de desastre.

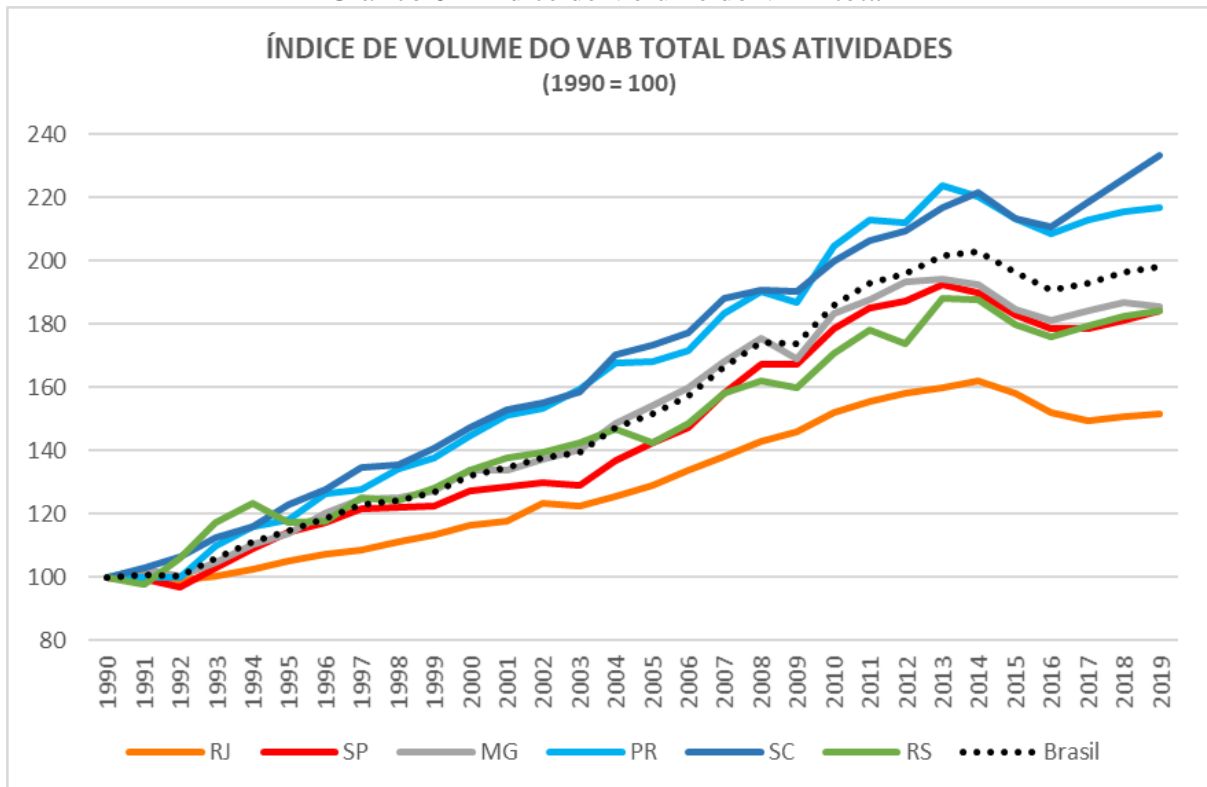
Gráfico 7 - Índice de Volume do VAB da Indústria de Transformação



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais/IBGE

Observação: 1990 a 2002, com a série antiga, 2003 a 2019, com a série atual

Gráfico 8 – Índice de Volume do VAB total



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais/IBGE

Observação: 1990 a 2002, com a série antiga, 2003 a 2019, com a série atual

Apesar do menor ritmo de crescimento e da desindustrialização evidente analisados acima, a participação do estado do Rio de Janeiro no VAB do total das atividades nacional mantém-se como a 2ª maior entre os estados, ainda que esteja estagnada há 25 anos e que tenha ficado 1,4 p.p abaixo da média dos 29 anos em análise, como se pode constatar na Tabela 2. É digna de nota a perda de participação de São Paulo, já mencionada anteriormente. Passando a análise para o Gráfico 9, a manutenção da posição do estado do Rio não se verifica quando se volta a análise para a indústria de transformação. Fica claro que a referida indústria não acompanhou a média das atividades, muito pelo contrário, em 1990, o Rio de Janeiro já não detinha a 2ª maior participação no VAB das indústrias de transformação do Brasil, porém, a partir da década de 2000, o estado caiu para a 5ª e depois para a 6ª posição nessa comparação entre os estados.

Tabela 2 - Participação das UF selecionadas no VAB total das atividades do Brasil

Ano	RJ	SP	MG	PR	SC	RS
1994	11,2%	35,0%	9,9%	6,0%	3,4%	8,6%
1999	11,8%	34,7%	9,6%	6,4%	3,6%	7,8%
2004	12,0%	32,5%	9,0%	6,5%	3,9%	6,7%
2009	11,7%	33,0%	8,8%	6,0%	3,9%	6,1%
2014	11,7%	31,2%	9,1%	6,1%	4,1%	6,2%
2019	10,4%	31,1%	9,0%	6,4%	4,2%	6,6%

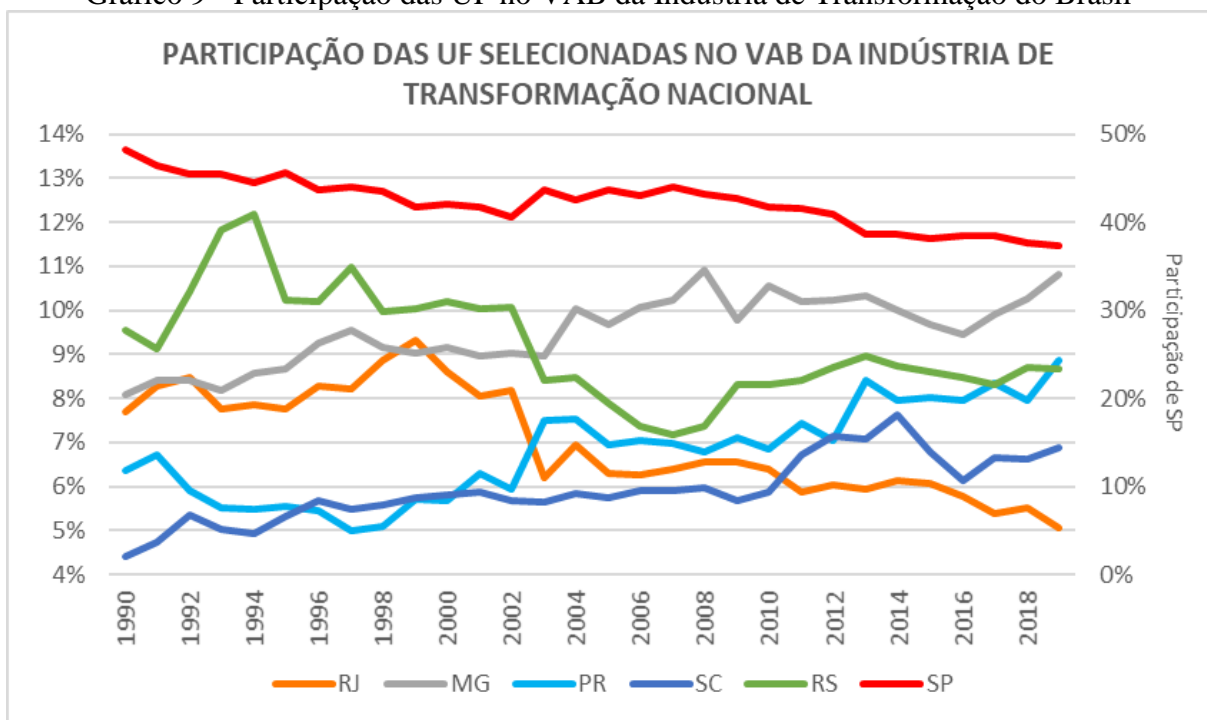
Média da participação entre os anos de 1990 e 2019:

11,6%	33,4%	9,2%	6,1%	3,8%	7,0%
-------	-------	------	------	------	------

Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais/IBGE

Observação: 1990 a 2002, com a série antiga, 2003 a 2019, com a série atual

Gráfico 9 - Participação das UF no VAB da Indústria de Transformação do Brasil



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais/IBGE

Observação: 1990 a 2002, com a série antiga, 2003 a 2019, com a série atual

O Valor da Transformação Industrial (VTI) é a diferença entre o valor bruto da produção e os custos de operação e se destina a fornecer uma aproximação do valor adicionado pela indústria em questão. Nesse sentido, quando se analisa a participação do VTI da indústria de transformação do estado do Rio de Janeiro, fornecido pela PIA/IBGE, em face ao VTI da indústria de transformação nacional, percebe-se a diminuição constante da participação do VTI fluminense, que sai de 15,7%, em 1970, para 8,4%, em 2019, tendo alcançado 7,1% no auge da crise nacional, conforme a tabela 3. Essa queda significa ter saído da 2ª posição, em 1970, para

a 3ª, em 2019, tendo ocupado por diversas vezes a 5ª posição nos anos recentes. Sobral (2017) argumenta que essa queda para a 5ª posição afasta a argumentação de que a crise do Rio é simples reflexo da crise nacional, na verdade, o autor sustenta que, na economia fluminense, os efeitos negativos da crise nacional são mais intensos. Desde que foi ultrapassado por Minas Gerais, em 1996, o estado não recuperou mais a segunda colocação, revezando com o Paraná e Rio Grande do Sul a terceira e a quarta posições nos últimos anos, estando mais frequentemente na quinta posição do que os dois primeiros, conforme mostra o Gráfico 10. Em outras palavras, a contribuição da indústria de transformação do Rio de Janeiro para a economia nacional caiu consideravelmente nas últimas décadas.

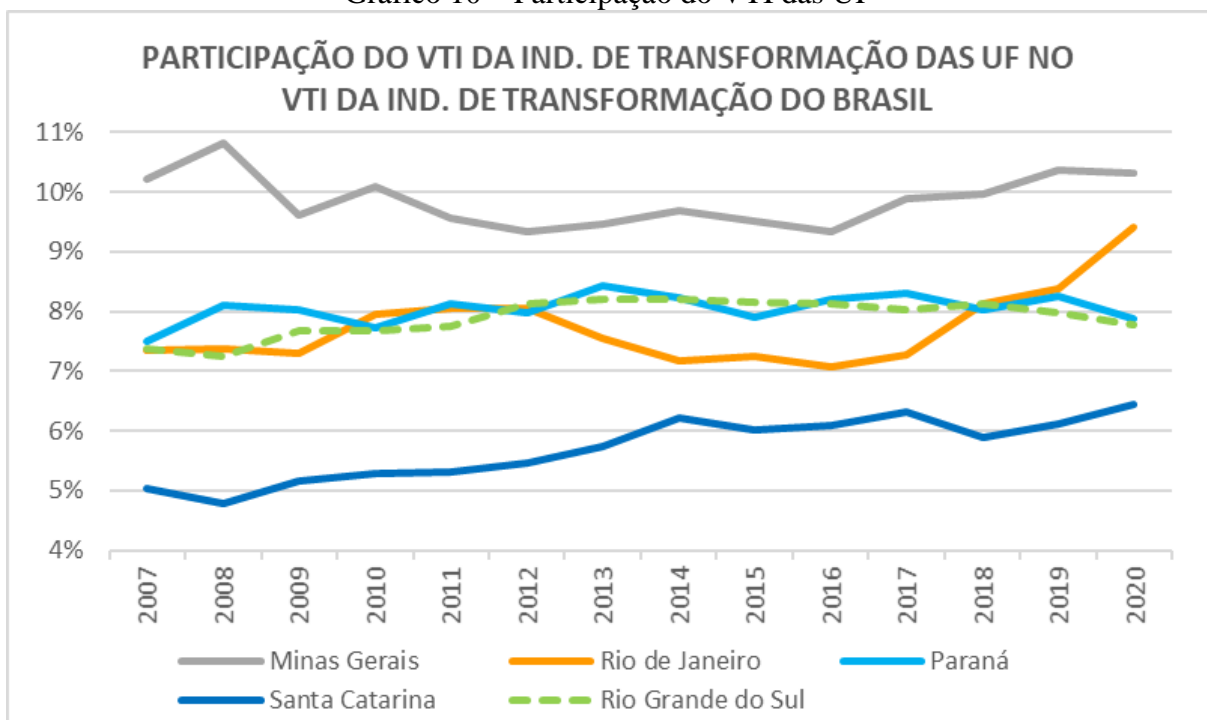
Tabela 3 - Participação do VTI das Indústrias de Transformação das UF selecionadas no VTI das Indústrias de Transformação do Brasil

UF \ Ano	1970	1980	1985	1996	2003	2007	2010	2013	2016	2019
RJ	15,7	10,6	9,5	8,1	8	7,3	7,9	7,5	7,1	8,4
SP	58,1	53,4	51,9	50,9	43,8	42,5	40,8	39,2	37,4	36,3
MG	6,5	7,7	8,3	8,4	9,1	10,2	10,1	9,5	9,3	10,4
PR	3,1	4,3	4,9	5,4	7,3	7,5	7,7	8,4	8,2	8,2
SC	2,6	4,1	3,9	4,6	5	5	5,3	5,7	6,1	6,1
RS	6,3	7,3	7,9	7,9	8,4	7,4	7,7	8,2	8,1	8

Fonte: Elaboração própria com dados da PIA/IBGE e PIA/IBGE apud SOBRAL (2017, p. 406).

Observação: dados de 1970 a 2003, foram extraídos de SOBRAL, 2017. Os dados a partir de 2007, foram extraídos diretamente da PIA/IBGE

Gráfico 10 – Participação do VTI das UF



Fonte: Elaboração própria com dados da PIA/IBGE.

Na mesma linha, o emprego formal na indústria de transformação teve uma redução significativa, conforme a Tabela 4. O Rio de Janeiro foi o estado que mais perdeu empregos na indústria de transformação, saindo da 2ª para a 6ª posição em 35 anos, sendo ultrapassado por Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Isso significa que o Rio de Janeiro tem menos empregos na indústria de transformação do que há 35 anos, ou seja, foi perda real de postos de trabalho e não uma perda relativa resultante de aumento em outras unidades da federação. Até mesmo o estado de São Paulo, com PIB e população muito maiores que o Rio, perdeu menos que a economia fluminense. Esse é mais um indicador claro de que há um problema estrutural em curso na economia fluminense, cuja manifestação mais intensa se dá sobre a indústria de transformação.

Tabela 4 - Número de Empregos Formais, Ranking entre as UF selecionadas e saldo referentes ao mercado e trabalho da Indústria de Transformação entre 1985 e 2019

	1985			2019		Saldo 1985-2019
	Número de empregos	Ranking		Número de empregos	Ranking	
São Paulo	2492802	1	São Paulo	2352897	1	-139905
Rio de Janeiro	520334	2	Rio de Janeiro	361165	6	-159169
Rio Grande do Sul	502318	3	Rio Grande do Sul	636365	5	134047
Minas Gerais	392529	4	Minas Gerais	763573	2	371044
Santa Catarina	286345	5	Santa Catarina	679864	3	393519
Paraná	235514	6	Paraná	645884	4	410370
Pernambuco	177685	7	Pernambuco	208311	10	30626
Bahia	102777	8	Bahia	215521	9	112744
Ceará	86008	9	Ceará	233188	8	147180
Amazonas	58257	10	Goiás	235376	7	177119

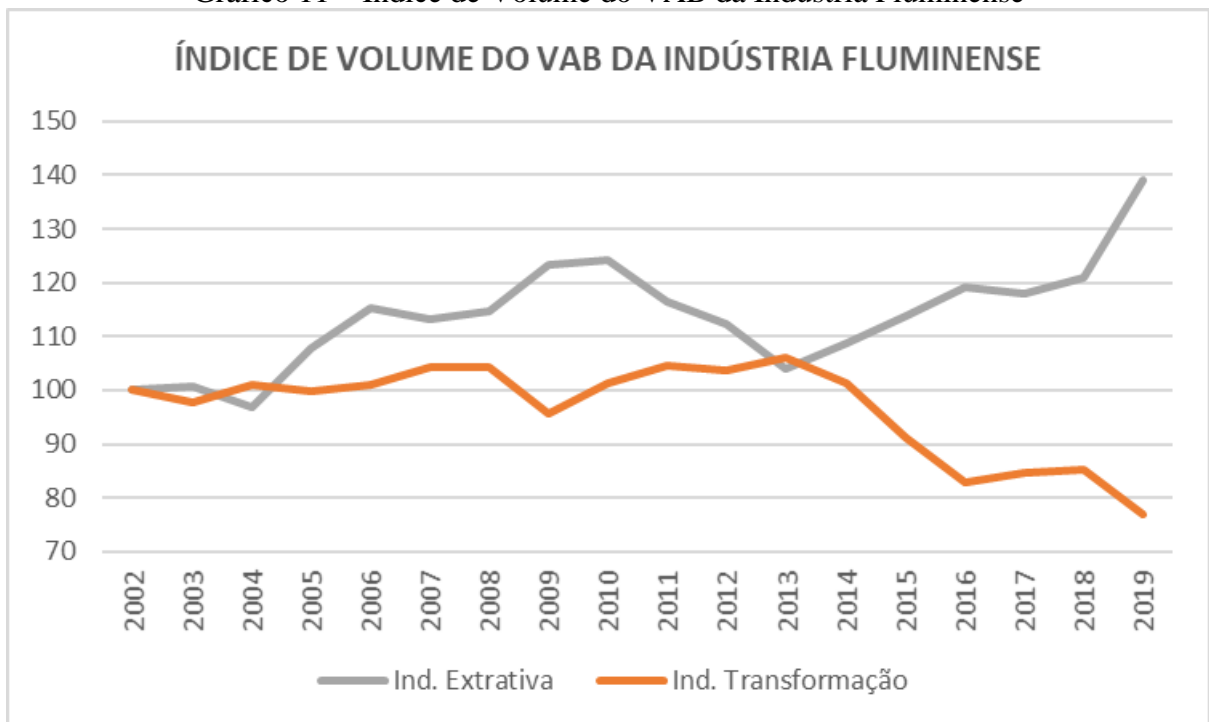
Fonte: RAIS apud SEFAZ-RJ - Diagnóstico da Situação Fiscal, 2021, p. 20.

2.3 INDÚSTRIA EXTRATIVA: PREPONDERÂNCIA E DEPENDÊNCIA

Dentre as razões pelas quais a crise da indústria de transformação do estado do Rio passou despercebida nos últimos tempos está o crescimento da indústria extrativa (ligada à exploração do petróleo), que vem ofuscando o problema. Além disso, recentemente, os grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, ajudaram a criar “um clima” no estado que levava a crer que não havia a continuidade de uma crise estrutural, pelo contrário, na época, grandes obras de infraestrutura, que se destinavam a preparar a cidade para os eventos, davam a impressão de que o progresso havia

voltado, sobretudo para a cidade do Rio de Janeiro (PINTO, 2019). Todavia, a fragilidade da economia do Rio de Janeiro, cada vez mais dependente de recursos naturais, continuava a crescer, por isso, é importante se fazer a análise da indústria de forma desagregada, pois a análise da indústria como um todo dá a falsa impressão de que os movimentos estão em linha com a dinâmica normal da economia. Isso fica claro no Gráfico 11, quando se compara a Indústria Extrativa com a de Transformação a partir da série de VAB fornecida pelo IBGE para o estado do Rio de Janeiro. Fazendo a média do índice de volume do VAB dos três últimos anos disponíveis na série (2019, 2018 e 2017) e dividindo o valor encontrado pela média do mesmo índice dos três primeiros anos da série (2004, 2003 e 2002), encontraremos os seguintes resultados: a Indústria Extrativa cresceu 27,1% nos últimos três anos comparados aos três primeiros da série, e a Indústria de Transformação apresentou queda de 17,3%.

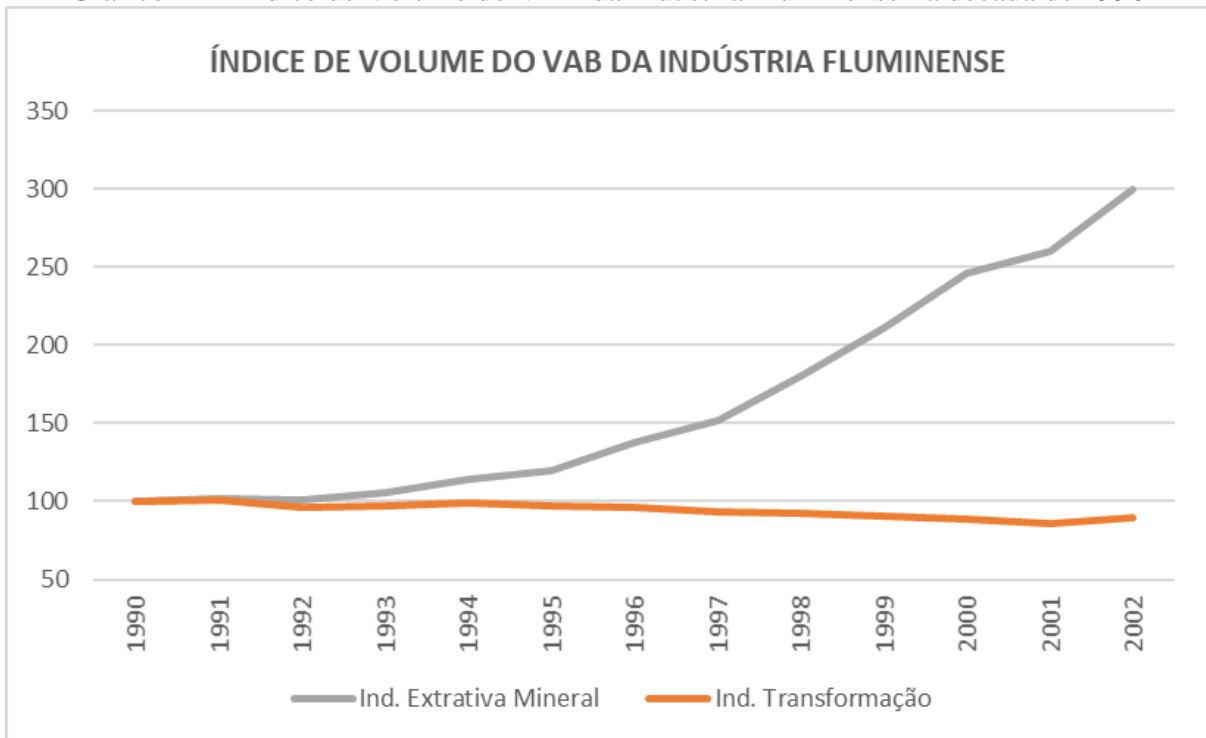
Gráfico 11 – Índice de Volume do VAB da Indústria Fluminense



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais/IBGE

Os dados para a década 1990 já mostravam que o que crescia era a indústria extrativa, estrondosamente, aliás, enquanto a indústria de transformação já apresentava estagnação e leve retração (Gráfico 12).

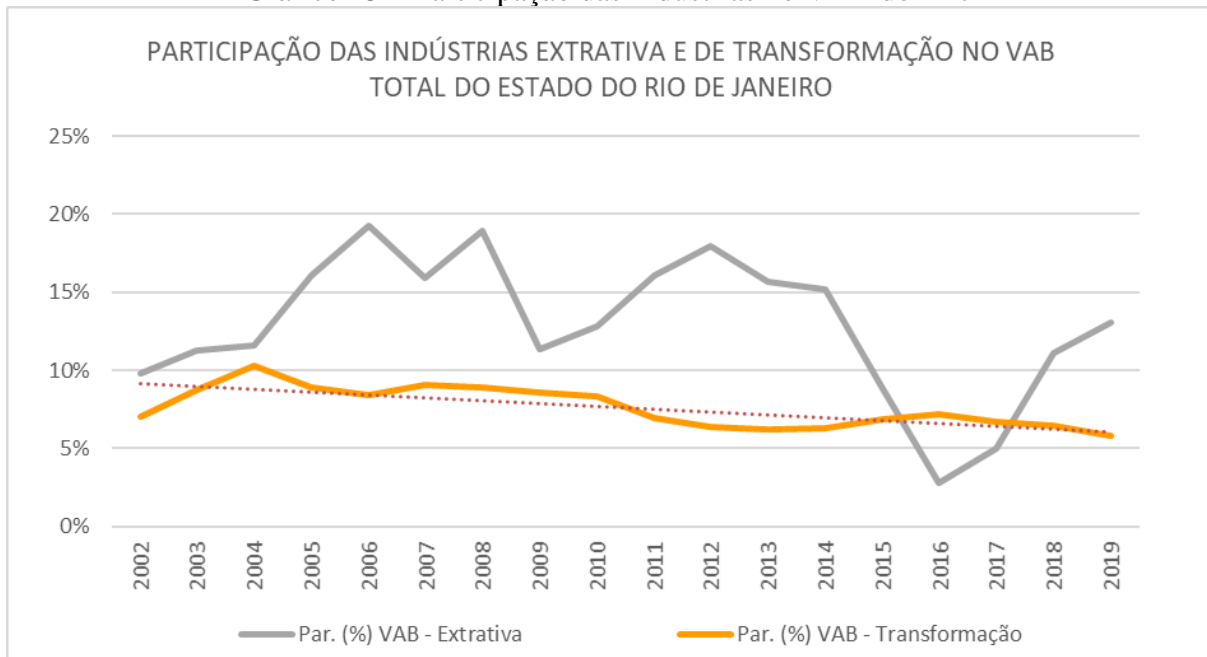
Gráfico 12 – Índice de Volume do VAB da Indústria Fluminense na década de 1990



Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Contas Regionais/IBGE (metodologia antiga)

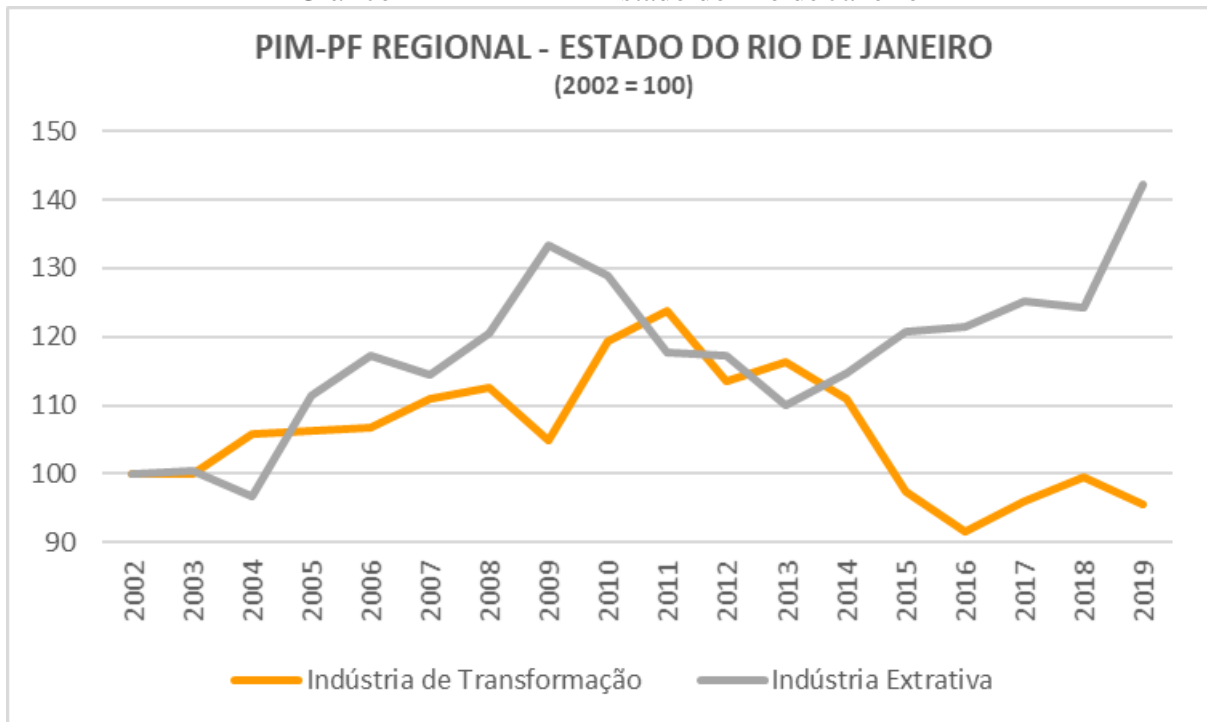
O resultado da análise dos dados acima indica que a indústria do estado do Rio de Janeiro é basicamente dependente e “controlada” pela Indústria Extrativa há décadas, isto é, por mais que a Indústria de Transformação tenha amargado uma queda real do VAB, os dados são ofuscados pela Indústria Extrativa, levando a errôneas conclusões acerca da indústria fluminense, que sofre um processo de desindustrialização. O Gráfico 13 torna mais nítida essa relação. Enquanto a participação da Indústria de Transformação no VAB do estado do Rio de Janeiro tem tendência de queda nos últimos 20 anos, a Indústria Extrativa apresentou um desempenho marcado por altas e quedas acentuadas oriundas das crises recentes, das quais já apresenta recuperação.

Gráfico 13 – Participação das Indústrias no VAB do ERJ



Vale acrescentar que o sucesso da Indústria Extrativa nas últimas décadas não foi capaz de gerar na economia fluminense uma indução ao crescimento de outros ramos industriais, houve, na verdade, uma especialização produtiva, como será mostrado na seção seguinte, e uma reprimarização da pauta exportadora. Ou seja, o dinamismo da indústria do petróleo não conseguiu encadear no território fluminense efeitos multiplicadores que freassem a debilitação da estrutura produtiva em curso. Além disso, com a maior dependência da indústria extrativa e reprimarização da sua pauta exportadora, a economia do Rio de Janeiro passou a ter a demanda externa e o mercado internacional como determinadores da dinâmica local, isso significa que é uma economia exposta a crises externas, quadro que se agrava com a especialização produtiva, isto é, estrutura da produção centralizada em apenas uma atividade, no caso do Rio, o petróleo e sua indústria imediata (SOBRAL, 2013). O Gráfico 14 mostra, a partir da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física (PIM-PF), produzida pelo IBGE, que, apesar de se beneficiar do bom momento da economia nos anos 2000, a produção da indústria de transformação fluminense, depois do pico em 2011, decresceu a níveis abaixo de 2002, início da série.

Gráfico 14 – PIM-PF – Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria com dados da PIM- PF Regional/ IBGE

2.4 ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO FLUMINENSE E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Após as evidências da desindustrialização da economia fluminense por parte da indústria de transformação, em termos relativos e reais, é preciso se debruçar sobre a especialização produtiva do estado em torno da indústria do petróleo. Esse fenômeno pode criar no estado do Rio de Janeiro o que Bruno Sobral (2017) classifica como “estrutura produtiva oca”, que é caracterizada por “um processo de desadensamento de importantes cadeias de produção, levando ao agravamento das condições que impedem a indústria de transformação de se constituir no motor-chave do crescimento econômico e do progresso técnico.” Portanto, “é um esvaziamento que leva ao esgarçamento do tecido produtivo e à ociosidade de uma série de recursos do território”, que são causados “por uma perda de diversificação e complexidade produtiva” que faz concentrar em setores com menor valor agregado a operação da indústria local (SOBRAL, 2017, p. 404).

Confirmando também as evidências de perda de dinamismo da indústria fluminense, a Tabela 5 mostra como o processo de especialização produtiva já se delineava entre 1995 e 2010, evidenciando também a ausência de um poder de arrasto partindo do sucesso da exploração de

petróleo em direção ao conjunto da indústria, sobretudo da de transformação. Nesses 15 anos analisados, apenas três setores da indústria fluminense apresentaram crescimento médio acima do crescimento médio nacional, além da própria indústria extrativa (8%), são eles: bebidas (4,2%), refino de petróleo e álcool (1,9%) e veículos automotores (17,5%).

Tabela 5 - Taxa de crescimento médio anual de alguns setores industriais para unidades da federação selecionadas e na média nacional, 1995/2010

Setores	Brasil	Minas gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio Grande do Sul	Bahia
Alimentos	1,8	7,1	-2,4	0,9	-0,2	-
Bebidas	1,5	-0,9	4,2	1,1	-0,5	-
Têxtil	-0,9	-1,3	-0,4	-0,9	-	-
Refino de petróleo e álcool	1,4	1,1	1,9	0,5	1,7	8,6
Farmacêutica	3,5	-	-5,2	5,1	-	-
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	3,2	-	0,2	4,3	-	-
Outros produtos químicos	1,5	5,3	-4,0	2,5	2,2	-
Borracha e plástico	1,0	-	-3,0	1,0	0,1	0,7
Minerais não-metálicos	2,2	1,7	1,7	1,9	-	0,1
Metalurgia básica	2,2	1,2	2,0	1,6	4,5	3,7
Veículos automotores	4,6	4,1	17,5	2,4	8,6	9,4
Indústria de transformação	2,1	2,7	0,0	2,3	1,7	2,5
Indústria extrativa	7,3	3,8	8,0	-	-	-1,0

Fonte: PIM-PF/IBGE, apud SOBRAL (2013, p. 58)

Utilizando mais uma vez o valor de transformação industrial (VTI), definido acima, é possível verificar a evolução da estrutura da indústria de transformação do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos. Fazendo o cálculo da participação de cada divisão/gênero de indústria no VTI total do estado, chega-se ao percentual que cada atividade industrial representa do total produzido pela indústria fluminense, ou seja, pode-se aferir quais são os maiores setores produtivos do estado. A Tabela 6 e a Tabela 7 trazem exatamente esse cálculo para dois recortes de tempos diferentes baseados em pesquisas diferentes. Especificamente, chama a atenção a trajetória de três gêneros: metalurgia, produtos derivados de petróleo e produtos químicos (estão em negrito nas tabelas). Em 1970, esses três ramos da indústria de transformação representavam juntos 22,9% do VTI total da indústria de transformação fluminense. Após 15 anos, esse percentual sobe para 33,8% em 1985. Depois, para 41,6% em 2002. Entre os anos de 2007 e 2016, o percentual fica por volta de 50%, revelando até uma sensível retração em 2016, que, segundo SOBRAL (2017) não pode ser entendida como uma reversão do quadro estrutural, uma vez que crises setoriais podem afetar exatamente nichos em que se tem competitividade;

no caso do Rio de Janeiro, dada a competitividade do petróleo e do aço, a crise que se abateu sobre esses setores influenciou os resultados transitoriamente, mas não significaram uma diversificação da estrutura produtiva. Isso fica claro ao se constatar que, em 2019, o somatório das três divisões da indústria chega a incríveis 62,2% da indústria de transformação fluminense.

Tabela 6 – Estrutura do VTI da Indústria de Transformação do estado do Rio de Janeiro, por classes de gênero (%)

Classes de gênero	1970	1985	2002
Produtos alimentícios	9,8	7,7	4,6
Bebidas	3,2	1,1	4,5
Têxtil	7	4,5	1,1
Vestuário e artefatos de tecido	3,3	4,6	1,9
Diversas	1,3	1,3	0,6
Farmacêuticos e veterinários	6,6	5,2	6,1
Perfumaria, sabões e velas	2,3	1,4	1,8
Minerais não metálicos	5,1	3,1	4
Metalurgia básica	8,6	11,9	14,6
Produtos de metal	4,3	4	2,9
Derivados de petróleo e álcool	8,1	10,2	19,3
Produtos químicos	6,2	11,7	7,7
Papel e celulose	2,1	1,6	1
Borracha	0,8	1,1	1,4
Matérias plásticas	2	3,1	1,7
Máquinas e equipamentos	6,5	6,4	2,5
Equipamentos médicos, automação e cine-foto	0,5	0,6	1,2
Material elétrico e comunicações	4,1	5,8	1,1
Veículos automotores	-	0,6	4,9
Construção naval	-	-	2
Outros equipamentos de transporte	-	6,8	1,1
Soma das três classes de gênero destacadas	22,9	33,8	41,6

Fonte: adaptado de SOBRAL, 2017, p. 410 e 411, que utiliza dados dos Censos Industriais (1970-1985) e da PIA (Cnae 1.0).

Tabela 7 - Estrutura do VTI da Indústria de Transformação do estado do Rio de Janeiro, segundo as divisões da CNAE 2.0 (%)

Divisões da CNAE 2.0	2007	2010	2013	2016	2019
Fabricação de produtos alimentícios	3,8	4,5	3,7	4,9	3,8
Fabricação de bebidas	4,4	5,0	5,3	5,6	4,5
Fabricação de produtos têxteis	0,8	0,5	0,4	0,5	0,4
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	1,6	2,4	3,2	4,0	2,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1,3	0,9	0,8	0,8	0,8
Impressão e reprodução de gravações	2,2	2,0	2,6	1,9	1,2
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	30,8	33,2	27,8	27,9	48,3
Fabricação de produtos químicos	8,7	7,5	10,9	14,0	7,8
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	5,1	3,9	3,5	5,0	2,8
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	3,5	3,6	3,1	4,7	3,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,4	2,4	3,2	2,6	1,6
Metalurgia	14,4	11,6	11,1	7,4	6,1
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	3,4	3,5	3,4	3,6	2,2
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,4	0,5	0,4	0,2	0,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,7	0,6	0,4	0,5	0,6
Fabricação de máquinas e equipamentos	1,8	2,5	3,0	3,2	1,8
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	6,8	7,5	7,3	3,5	3,9
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2,1	2,3	3,1	1,8	1,1
Fabricação de produtos diversos	1,2	0,8	1,1	1,7	1,2
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3,9	3,7	4,9	5,1	4,9
Soma das três divisões CNAE 2.0 destacadas	53,9	52,4	49,9	49,3	62,2

Fonte: Elaboração própria com dados da PIA-Empresa/IBGE

Quando apenas três ramos da indústria detêm mais de 50% da estrutura produtiva da indústria de transformação do estado, torna-se patente que houve uma tendência à especialização estrutural, isto é, uma perda de diversificação; no caso do Rio, tal especialização se deu em torno de indústrias extrativas fortemente presentes no estado, quais sejam, a indústria do petróleo e do aço. A concentração da indústria na produção de bens intermediários, como os que são oriundos desses três ramos, torna a economia muito mais dependente das demandas nacional e internacional, visto que, sendo bens que auxiliam a produção de outros bens, a sua comercialização depende da demanda de produção de outras indústrias, as quais o estado do Rio de Janeiro tem cada vez menos. O resultado é que a economia fluminense fica mais exposta à conjuntura externa. Se houvesse uma articulação entre indústrias no Rio de Janeiro, os produtos oriundos das indústrias metalúrgica, do petróleo e química seriam usados como insumo por outras indústrias instaladas em território fluminense, caracterizando a articulação citada e desejada.

O fato de a estrutura produtiva da indústria de transformação fluminense estar cada vez mais concentrada em apenas três ramos industriais corrobora o diagnóstico de que se forma no estado uma estrutura produtiva oca, que fica sujeita sofrer mais severamente com crises e, mesmo quando houver um ciclo expansivo, a debilidade da estrutura produtiva impede que se auferam de maneira satisfatória os benefícios de tal movimento.

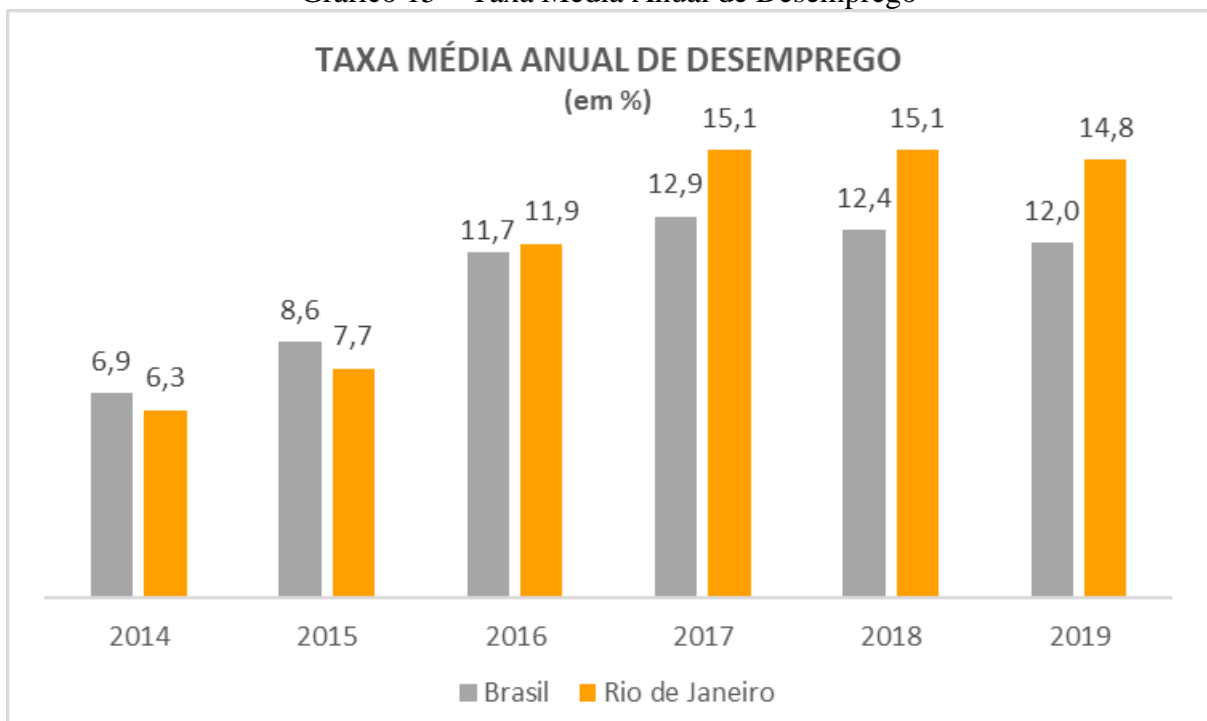
2.5 OUTRAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO QUADRO ESTRUTURAL

Como salientado no capítulo 1, dois fatores explicam a estrutura econômica e social do Rio de Janeiro: a capitalidade, resultante do fato de ter sido capital desde 1763, que fez existir uma ausência de reflexão local por parte da população e dos governos; e a centralidade econômica, resultante também (mas não só) do mesmo fato de ter sido capital, que possibilitou que o Rio de Janeiro se estabelecesse como maior e principal centro do Império e do início da República, passando pela economia do café e pelo pioneirismo na industrialização nacional. A junção desses dois fatores permitia que não fosse preciso uma tradição de reflexão local. O Rio de Janeiro era o resumo dos rumos do país, e, por isso mesmo, depois que a capital foi transferida para Brasília, a cidade e o estado do Rio de Janeiro se mostraram despreparados para dar prosseguimento ao seu desenvolvimento, sobretudo, depois de décadas de forte presença estatal na economia.

Mais recentemente, a década de 1990 trouxe para o Rio duas realidades: por um lado, o processo de desindustrialização e, por outro, concomitantemente, o crescimento impressionante da Indústria Extrativa ligada ao petróleo. A ação simultânea desses dois processos gerou em primeiro lugar a não-percepção da gravidade da desindustrialização em curso, e, em segundo, a tendência à especialização produtiva, que viria a tornar o estado dependente de uma indústria exposta a crises internas e externas. Como já citado, Sobral (2017) aponta que o processo de perda de relevância da indústria na economia é um fenômeno nacional, que tem no Rio de Janeiro o seu epicentro, já que a velocidade das perdas em território fluminense é superior ao observado no país. Esse fenômeno da desindustrialização vem criando no Rio de Janeiro uma estrutura produtiva oca, que impede que a indústria de transformação seja “o motor” do desenvolvimento e crescimento econômico regional, bem como inviabiliza que, mesmo o sucesso de um setor específico, como o do petróleo, seja irradiado em forma de dinamismo econômico para outros setores.

Um reflexo da fragilidade a que o estado está exposto é a crise recente vivida pelo Rio de Janeiro, em que a queda do valor do petróleo e, em consequência, a queda dos repassados de *royalties* e da arrecadação levaram o estado a uma crise de grandes proporções (PINTO, 2019). Ou seja, as consequências negativas da dependência da economia do petróleo se manifestaram de maneira clara, a especialização produtiva permite que ocorram crises econômicas muito mais profundas quando o setor em questão sofre alguma retração ou desaceleração. O fato de três ramos da indústria corresponderem a mais de 50% do VTI da indústria de transformação do estado do Rio de Janeiro evidenciou a debilidade da estrutura produtiva, que potencializa as crises e freia o crescimento em tempos de expansão. Ter uma indústria de transformação diversificada e densa poderia ajudar o Rio de Janeiro a diminuir a sua exposição às oscilações do valor do barril do petróleo, garantindo, pelo menos, uma parte da arrecadação que se perde em momentos de crise e de baixa. E, como a crise afetou justamente o ramo do qual a economia do Rio de Janeiro é muito dependente, o índice de desemprego assolou de maneira mais grave o Rio de Janeiro que a média nacional, evidenciando a fragilidade estrutural.

Gráfico 15 – Taxa Média Anual de Desemprego



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD contínua Trimestral/IBGE

É importante frisar que a estrutura produtiva oca afeta também a própria indústria do petróleo, ou seja, mesmo a atividade em que a economia do estado do Rio se especializou é atingida pela falta de articulação entre as indústrias e a primarização da pauta exportadora.

Segundo o Diagnóstico da Situação Fiscal (SEFAZ-RJ, 2021), em 2016, 38% do gás natural extraído dos poços fluminenses era reinjetado ou queimado, e esse percentual chegou a 50,5% em 2020, devido à falta de infraestrutura de transporte, evidenciando que não há o encadeamento que poderia haver entre indústria do petróleo e as indústrias química, petroquímica, de plásticos e de energia elétrica.

Quando alguns setores da economia despontam e, de certa forma, alcançam um potencial produtivo considerável, surge um discurso de “vocação” local; nesse sentido, o estado do Rio de Janeiro teria a vocação do petróleo e do turismo, por exemplo, pois são atividades que na economia de hoje se destacam. A consequência imediata da identificação de uma vocação, então, seria incentivá-la e fazer a economia local girar em torno dessa atividade (VASCONCELLOS, 2022). Na verdade, essa escolha leva a um quadro parecido com o da especialização produtiva que gera a estrutura produtiva oca, ou seja, a economia regional passa a depender de apenas um setor não articulado com outros, ficando sujeita aos impactos diretos de qualquer tipo de crise que atinja o setor. A crítica que se faz não é ao incentivo das “vocações”, mas à não-integração dessas vocações a um sistema de indústrias encadeado, denso e diversificado. Isso é o que se espera da economia do petróleo no Rio de Janeiro: que ela consiga ser encadeada a outras indústrias que aproveitem o seu potencial dinamizador, criando um poder de arrasto de toda a economia.

A cidade do Rio, como já mencionado, precisa se recuperar da ruptura do seu marco institucional, que foi a transformação da cidade em ex-capital do país. Recentemente, no Rio de Janeiro, com os grandes eventos, popularizou-se o entendimento de que a cidade tinha superado a crise estrutural e de protagonismo nacional em que se encontrava há décadas. Toda a pujança e ebulição advinda com a recepção dos eventos internacionais trouxe a ideia de que, a partir daquele momento, o Rio seria uma cidade global. A discussão sobre protagonismo nacional e industrialização era vista como ultrapassada, incompatível com o novo status da cidade (SOBRAL, 2017). Porém os efeitos da crise estrutural que perdurava seriam sentidos já em 2016, ano das Olimpíadas sediadas pela cidade.

O enfoque dado à Indústria de Transformação em meio à crise na qual se encontra o estado do Rio de Janeiro se deve à compreensão do papel que a industrialização, pela indústria de transformação, teve em diversos casos históricos de crescimento de renda e desenvolvimento. É natural que, depois de atingir o seu ápice, isto é, a indústria intensiva em tecnologia, o setor secundário perca espaço relativo. Porém o que se observa no Brasil e mais intensamente no Rio de Janeiro é que se regride para uma reprimarização da economia antes mesmo de se ter alcançado um nível de alta industrialização (CANO, 2017). Entendendo a

industrialização como um fenômeno econômico e social que, muito além do simples crescimento industrial, cria, através da diversificação produtiva e do encadeamento intersetorial, um dinamismo próprio, é motivo de preocupação a regressão estrutural da indústria de transformação fluminense. Perde-se, assim, uma ferramenta estratégica para a superação do subdesenvolvimento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após anos de retração relativa e real, resta evidente que a desindustrialização da indústria de transformação fluminense é um dos fatores que contribuem para a presente crise do Rio de Janeiro, que é uma crise econômica, financeira, social e, sobretudo, estrutural. A falta de profundidade nos debates políticos locais, que é recorrente desde a transferência da capital para o Centro-Oeste, é mais um fator que agrava o quadro crítico. Por isso, propostas que visem a dinamizar o Rio de Janeiro sem passar por uma reflexão acerca da estrutura produtiva correm o risco, não apenas de fracassar, mas de desperdiçar a diversidade de potencialidades que o estado do Rio ainda mantém como herança do seu passado (e ainda presente) protagonismo nacional.

Nesse sentido, identificou-se a especialização produtiva do estado em torno da indústria extrativa, sobretudo, da indústria ligada à exploração do petróleo. Esse fenômeno, que é acompanhado da retração da indústria de transformação, isto é, da perda de diversidade produtiva, gera uma estrutura menos densa, que não encadeia as suas indústrias e, assim, mesmo a atividade mais destacada é incapaz de irradiar seu dinamismo pelas demais indústrias. Por essa razão, integrar as economias regionais do território fluminense, historicamente desenvolvida em eixos em relação à capital, é um projeto necessário para a superação dos entraves estruturais que, hoje, impedem a indústria de transformação fluminense de se desenvolver e assumir formas mais complexas.

O diagnóstico de uma regressão estrutural da indústria de transformação fluminense exige que se traga para o campo da decisão política e dos debates acadêmicos a questão da desindustrialização regional como um dos aspectos que justificam a crise atual do estado. A crise é antes de tudo estrutural, de maneira que ações conjunturais não poderão resolver as causas mais profundas da desaceleração econômica do Rio de Janeiro que, como demonstrado, ocorrem de maneira continuada por décadas, muitas vezes ofuscada pelo sucesso da indústria petrolífera, criando, não raro, a percepção de que a Indústria Extrativa é a “vocação” do Rio de Janeiro, ignorando os efeitos danosos que a dependência da extração petrolífera pode trazer e esquecendo-se da diversidade produtiva e da participação na indústria de transformação nacional que o estado ainda tem. Por isso, é preciso encontrar caminhos que encadeiem a Indústria Extrativa fluminense, mais especificamente, a indústria do petróleo,   indústria de transformação, para que se tenha um ganho de densidade das cadeias produtivas, revertendo a estrutura produtiva oca que se constrói, e ajudando a diminuir a dependência de setores específicos, cujas crises abalam profundamente o estado.

REFERÊNCIAS

- BRITTO, J. N. P. ; SILVA, R. C. R. S. Evolução da densidade industrial do estado do Rio de Janeiro: análise comparativa com os estados do sudeste brasileiro - 2000/2005. In: 39° Encontro Nacional de Economia, 2011, Foz do Iguaçu - Paraná. **Anais do 39° Encontro Nacional de Economia**, 2011.
- CANO, W.; (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 15, pp.139-174, 2014.
- COSTA, L. I. S.; SANTOS, L. B. Trajetória histórica da produção industrial em território fluminense (1880-2000). **Revista GeoUECE (Online)**, v. 08, n. 15, p. 23-46, jul./dez. 2019.
- DAMACENO, L. G. **Trajetória institucional e desigualdade na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2019.
- DAVIDOVICH, F. R. Estado do Rio de Janeiro: Urbano Metropolitano. Hipóteses e questões. **Revista de Geografia da UERJ**. Rio de Janeiro: Geo-UERJ, no 21, v. 2, 2010.
- DAVIDOVICH, F. R. MetrÓpole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos MetrÓpole** n. 6, pp. 67-77, 2o sem. 2001.
- HASENCLEVER, L.; CAVALIERI, H.; TORRES, R.; MENDES, H. Especialização produtiva: potenciais e desafios para o estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense** No 9, Rio de Janeiro, pp. 11–23, jan/jun 2016
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 37, n.º 1 (146), pp. 189-207, janeiro-março, 2017.
- IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 05 jun. 2022
- OSORIO, M. **Qual a importância da indústria? | Não é Bem Assim...** Alerj Digital, 2022. 1 vídeo (24 min). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=03Vd_Bot7Ks. Acesso em: 20 ago. 2022.
- OSORIO, M.; REGO, H.; VERSIANI, M. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n 12, p. 73-92, 2017.
- OSORIO, M.; VERSIANI, M. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n.2, p.188-210, 2013.
- PIA Empresa: de 2013 a 2019, a indústria perdeu 8,5% de suas empresas e 15,6% dos seus postos de trabalho. **Agência de Notícias, IBGE**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31201-pia-empresa-de-2013-a-2019-a-industria-perdeu-8-5-de-suas-empresas-e-15-6-dos-seus-postos-de-trabalho> Acesso em: 06 ago. 2022.

PINTO, E. Estado do Rio de Janeiro em convulsão: economia do petróleo, crise fiscal e avanço das milícias. **Brasil: Incertezas e Submissão**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 339-356, 2019.

SAMPAIO, D. P. Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil (1985-2015). In: MONTEIRO et al (Org) **Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: Ipea, 369-396, 2017

SANTOS, G. O. **Alinhamento das incubadoras de empresas ao contexto regional no estado do Rio de Janeiro: uma comparação entre metrópole e interior**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2016. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Dissertacao/2016/Guilherme%20de%20Oliveira%20Santos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022

SEFAZ-RJ, Diagnóstico da Situação Fiscal. **Estado do Rio de Janeiro**. Entrega 1 Junho/2021. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC42000021429> Acesso em: 04 ago. 2022.

SILVA, R. D. Território e desenvolvimento: as raízes da centralidade do Rio de Janeiro na Economia Nacional. **Estudos Históricos: Território e Espaço**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 91-113, jul./dez. 2007.

SOBRAL, B. L. B. A Evidência da Estrutura Produtiva Oca: o Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. In: MONTEIRO et al (Org) **Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: Ipea, 398-426, 2017

SOBRAL, B. L. B. A Falácia da “inflexão econômica positiva”: algumas características da desindustrialização fluminense e do “vazio produtivo” em sua periferia metropolitana **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013

SOBRAL, B. L. B. Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas. **Revista Econômica** v. 19 n. 1, 2017.

SOBRAL, B. L. B. Limites ao Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: Aspectos Estruturais de seu Processo de Industrialização no período recente. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 133-154, 2009.

VASCONCELLOS, B.L.X. **Complexidade econômica e oportunidades produtivas para as regiões do RJ**. Projeto de Qualificação (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VASCONCELLOS, B.L.X. **Oportunidades produtivas para as mesorregiões do estado do Rio de Janeiro: análise em redes sob as perspectivas da Complexidade Econômica e da Geografia Econômica Evolucionária**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.